



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/CPL/2016**

**PREÂMBULO**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO**, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 009/CMOPO/RO/15, Diane Alves dos Santos e a Equipe de Apoio nomeada pela Portaria nº 017/CMOPO/RO/15, no uso de suas atribuições legais torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, com fundamento nas disposições do Decreto Federal nº 3.555/2000, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

As informações sobre este Edital poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação, no prédio da Câmara Municipal, localizada na Rua Gonçalves Dias nº 4236, bairro União, Ouro Preto do Oeste, RO, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 13h30min, (fone: 0 xx 69 3461-2291 e 1090) ou pelo site [www.ouropretodoeste.ro.leg.br](http://www.ouropretodoeste.ro.leg.br).

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 335/2016**

**VALOR ESTIMADO: R\$ 10.279,84** (dez mil duzentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

**Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico**

**Julgamento da Proposta: Pelo Menor Preço por Item**

Por força da Lei Complementar nº 147 de 2014, as empresas que não se enquadrem como MEI, ME ou EPP não poderão participar deste certame, sob pena da pessoa jurídica e seus representantes responderem civil e criminalmente, sujeitando-se à aplicação das penalidades do Decreto Lei 2.848/40, Art. 299, Processo Penal.

Eliane Martins de Azevedo Oliveira, Portaria nº. 027/GP/CMOPO/RO/16 (Diretor de Departamento de Patrimônio) - Responsável pelas pesquisas preços, para apuração do menor valor dos preços praticados no mercado conforme as pesquisas apresentadas, sendo este o valor utilizado para realizar a presente licitação.

**1- DO LOCAL, DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA**

1.1. O envio das propostas poderá ser feito **das 11h00m do dia 01/12/2016 até às 11h00m do dia 13/12/2016**. Início da Sessão Pública virtual será às 11h30m do dia 13/12/2016 (Horário de Brasília). O edital se encontra a disposição nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

[www.ouropretodoeste.ro.leg.br](http://www.ouropretodoeste.ro.leg.br) para conhecimento, sendo que a sessão pública será realizada por meio do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) sendo considerado para todos os efeitos o horário de Brasília – DF.

1.2. A sessão eletrônica será realizada por meio do sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

1.2.1 O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério da Pregoeira, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

1.3. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do sítio indicado na sub condição 1.1, até uma hora antes do início da sessão eletrônica.

1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

## 2- DO OBJETO

2.1. **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE**, tais como: livros jurídicos, contábeis e licitatórios, conforme anexo I deste Edital.

2.1.1. A descrição do produto e o preço unitário e total estimado estão indicados no ANEXO I.

## FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

Endereço: Rua Gonçalves Dias nº 4236, bairro União, Ouro Preto do Oeste, RO. Pregoeira: Diane Alves dos Santos. (Telefones: (69) 3461-1090, 2291).

**Compõem este Edital os seguintes anexos:**

<b>ANEXO I</b>	<b>Termo de referência (Descrição detalhada do objeto)</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>Exigências para Habilitação</b>
<b>ANEXO III</b>	<b>Modelo de declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação</b>
<b>ANEXO IV</b>	<b>Modelo de declaração de inexistência de empregado menor no quadro da empresa empregadora</b>
<b>ANEXO V</b>	<b>Modelo de declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP)</b>
<b>ANEXO VI</b>	<b>Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital</b>
<b>ANEXO VII</b>	<b>Termo de credenciamento para participação – nomeação de representante</b>
<b>ANEXO VIII</b>	<b>Modelo de ficha técnica descritiva do objeto</b>
<b>ANEXO IX</b>	<b>Declaração de Cumprimento dos requisitos de Habilitação</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias n°. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

### **3- DA PARTICIPAÇÃO**

**3.1** - Poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída, especializada no ramo, desde que satisfaça às exigências deste edital e devidamente cadastradas no portal da Confederação Nacional dos Municípios, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

**3.2** - Não poderá participar desta licitação a empresa que:

- a) Estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo se comprovar a sua reabilitação;
- b) Incidir no estipulado no art. 9.º da Lei n.º 8.666/93;
- c) Estiver incluída no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal de Ouro Preto do Oeste - RO;
- d) incorrer em outros impedimentos previstos em lei.

**3.3** - A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha relativa ao licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço nas datas e horários previstos neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

### **DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

**3.5.** Admitir-se-á a participação de sociedades cooperativas nas licitações promovidas pela Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO, que se enquadrem na receita de ME e EPP, **com exceção** dos casos em que a execução do objeto envolva a prestação de trabalho não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, em face do Contratante.

**3.5.1.** Em caso de contratação de cooperativa, esta deverá atender os seguintes requisitos:

**3.5.1.1.** Registro da sociedade cooperativa perante a Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, nos termos do artigo 107 da Lei federal nº 5.764, de 14 de julho de 1971;

**3.5.1.2.** Indicação, pela sociedade cooperativa, de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante;

**3.5.2.** Haverá rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições proibitivas do item 3.5.

**3.5.1.3.** A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Operadora Portal de Compras Públicas, para o necessário bloqueio de acesso.

### **DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) - EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**

**3.6.** Em caso de contratação de ME, EPP e/ou MEI, estas deverão atender os seguintes requisitos:

**3.6.1.** Registro perante a Receita Federal (CNPJ);

**3.6.2.** Registro perante Secretaria de Fazenda do Estado (inscrição estadual e ICMS);

**3.6.3.** Alvará de concessão de funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal (provisório ou definitivo em vigência);

### **DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

3.7. Vedada a subcontratação sem autorização expressa da Administração.

#### **4- DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

4.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a Confederação Nacional dos Municípios pelo web-site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

4.2 - As empresas licitantes deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema de Licitações de Pregão Eletrônico. Sendo sócio-proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – Rondônia a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal do licitante e de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

4.4 – O login e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa desta Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste e Portal [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), devidamente justificada, ou em virtude de sua inabilitação.

#### **5- DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento de proposta, contendo o preço unitário e total do item oferecido, até 01 (uma) hora antes do início da sessão eletrônica.

5.1.1. A proposta de preço deverá ser enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.1.2. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão eletrônica.

5.1.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.4. Em relação ao item licitado, não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital e seus anexos.

5.1.5. A proposta deverá apresentar preço unitário e total relativamente ao item licitado.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**  
**CPL – Comissão Permanente de Licitação**

**Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000**  
**Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090**  
**CNPJ: 05.705.777/0001-75**

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO**  
**PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**5.1.5.1.** O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, em algarismos, com no máximo duas casas decimais após a vírgula.

**5.1.5.2.** O preço apresentado na proposta deve incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

**5.2.** A licitante melhor classificada deverá enviar ao (à) Pregoeiro (a), juntamente com os documentos de habilitação, a proposta em via impressa, ajustada ao último preço / lance enviado por meio eletrônico e assinada pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida.

**5.2.1.** A via impressa deverá indicar ainda:

**5.2.1.1.** Quantidade, preço unitário e total do item;

**5.2.1.2.** Prazo de validade da proposta igual ou superior a 60 dias, a contar da data da sessão eletrônica;

**5.2.1.3.** Indicação da marca do(s) item (ns) ofertado(s), para cada item será aceito apenas uma marca;

**5.2.1.4.** Endereço, correio eletrônico, telefone e fax atualizados da licitante.

**5.3. Poderá ser admitido pela Pregoeira erro de natureza formal, desde que não comprometa o interesse público e da administração.**

## **6 – DO INÍCIO DA SESSÃO**

**6.1. A Pregoeira, via sistema eletrônico, dará início à sessão eletrônica, na data e horário previstos na condição 1 deste edital, com a divulgação da proposta de menor preço unitário, mas não do seu proponente.**

## **7- DA FORMULAÇÃO DE LANCES E PROCEDIMENTO**

**7.1 -** A partir do horário previsto neste edital, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.

**7.1.2 -** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**7.1.3 -** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**7.1.4 –** Os lances serão sucessivos e decrescente com os registros via sistema.

**7.1.5 -** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**  
**CPL – Comissão Permanente de Licitação**

**Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000**  
**Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090**  
**CNPJ: 05.705.777/0001-75**

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO**  
**PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**7.1.6** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

**7.1.7** - A etapa de lances da sessão pública, prevista no edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

**7.1.8** - Alternativamente ao disposto no item anterior, poderá ocorrer o encerramento da sessão pública, por decisão da pregoeira, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, de até trinta minutos, findo o qual será encerrado o recebimento de lances.

**7.1.9** - Encerrada a etapa competitiva a pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

**7.1.10** - A pregoeira anunciará o licitante detentor da melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão da pregoeira sobre a aceitação do lance de menor valor. Caso não haja lances, o licitante vencedor será aquele que houver ofertado a melhor proposta inicial.

**7.1.11** - No caso de haver desconexão da pregoeira com o sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retomando a pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.1.12** - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

**7.1.13** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da pregoeira de data diversa.

**7.1.14** - Caso a empresa detentora da melhor proposta venha a ser desclassificada ou inabilitada, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

## **8- DA HABILITAÇÃO**

**8.1. Para sua habilitação, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:**

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

8.1.1. A licitante que se enquadra como Microempresa deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial (ME);

8.1.2. A licitante que se enquadra como Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial (EPP);

8.1.3. A licitante que se enquadra como Cooperativa deverá apresentar comprovante do registro da sociedade cooperativa perante a Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual;

8.1.4. A licitante que se enquadra como Microempreendedor Individual deverá apresentar Cadastro de Condição de Microempreendedor Individual CCMEI - (MEI);

**REGULARIDADE FISCAL**

8.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.1.6. Prova de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

8.1.7. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, relativas ao domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.1.8. Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.9. Certidão conjunta de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.1.10. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial emitida pelo distribuidor da comarca da sede do licitante, nos últimos 30 (trinta) dias que antecederem a sessão eletrônica.

**CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONST. FEDERAL**

8.1.11. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de que o respectivo quadro de pessoal cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme determina a Lei Federal nº 9.885/99;

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

8.1.12. Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

### **ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO**

**8.1.13. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no Item 8 deste Edital, deverão ser remetidos VIA EMAIL ([dianealvessantos@hotmail.com](mailto:dianealvessantos@hotmail.com)), no prazo máximo de 03 horas. Caso não seja atendido, a Pregoeira poderá desclassificar sumariamente o licitante.**

**8.1.14. A licitante deverá entregar na CPL no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir do encerramento da disputa de lances, a PROPOSTA ÚNICA para todos os itens ganhos, zerando aqueles não cotados. Caso não seja entregue a referida proposta de preços escrita e os demais documentos necessários para habilitação, a pregoeira poderá torná-la inabilitada. ENDEREÇO: CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE – RO, rua Gonçalves Dias nº 4236, bairro União, Ouro Preto do Oeste, RO, CEP 76920-000, Telefones: 69-3461-2291, 1090, A/C Diane Alves dos Santos.**

**8.1.15. O prazo começará a contar do primeiro dia útil após o encerramento da sessão eletrônica e, se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte.**

**8.1.16. A licitante que, convocada na forma prevista neste Edital deixar de entregar a documentação e/ou as amostras, entregar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, ficará passível da aplicação de multa pecuniária de até 10% sobre o valor total de sua proposta, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de participar de licitações deflagradas pelo Município de Ouro Preto do Oeste-RO, bem como o impedimento de contratar com o mesmo, pelo período de até 05 (cinco) anos.**

**8.1.17. Todos os documentos retirados da internet que não possuam data específica de validade deverão ser emitidos com limite máximo de 90 (noventa) dias anteriores à abertura do processo licitatório.**

### **9- DO JULGAMENTO**

**9.1. Para o julgamento da proposta será levado em consideração o menor preço por item.**

**9.2. Após análise da proposta e da documentação de habilitação, a Pregoeira anunciará a licitante vencedora.**

**9.3. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará, na ordem de classificação, a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.**

### **10- DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

**10.1. A impugnação ao ato convocatório do pregão será recebida até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a sessão eletrônica, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.**

**10.1.1. Deverá a Pregoeira encaminhar a(s) impugnação(ões) imediatamente à autoridade competente para julgamento.**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**10.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.**

## **11- DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**

**11.1** - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, após o que lhe será concedido o prazo de **03 (três)** dias, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**11.1.2** - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.1.3** - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela pregoeira ao vencedor.

**11.1.4** - O prazo para decisão de recurso é de **05 (cinco)** dias, após o qual a autoridade competente fará a adjudicação ao licitante vencedor.

**11.1.5** - A manifestação prévia do licitante para posterior interposição do recurso, durante a sessão pública, será realizado, **exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através de campo próprio no sistema Cidade-Compras, devendo o licitante observar as datas registradas.**

**11.1.6** - O encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados, **exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através de campo próprio no sistema Cidade-Compras, devendo o licitante observar as datas registradas;**

**11.1.7** - O recurso terá efeito suspensivo, ou seja, será suspensa a contagem do prazo de validade das propostas até a data de sua decisão.

**11.1.8** - Julgado o recurso, a decisão será publicada na Ata da sessão no endereço eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br**;

**11.1.9** - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, o presente edital em campo próprio no sistema do **www.portaldecompraspublicas.com.br**

**11.1.10 – Não serão aceitos impugnações, recursos e eventuais razões e contrarrazões enviados via fax ou e-mail.**

**11.1.11** - A pregoeira, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital da Secretaria de origem, deverá decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas após data do recebimento da mesma.

**11.1.12** - Se for acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**11.1.13** - O pedido de impugnação, bem como a decisão da Unidade, deverão ser incluídos no sistema, antes da data e horários previstos para abertura da sessão pública e estarão disponíveis no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), para consulta dos Fornecedores e da Sociedade.

## **12- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto da licitação ao vencedor.

## **13- DO CONTRATO REPRESENTADO PELA NOTA DE EMPENHO**

**13.1.** A nota de empenho, conforme faculdade estabelecida no art. 62 da Lei 8.666/93, será o instrumento hábil de formalização do contrato administrativo.

**13.2.** O órgão competente, logo após a emissão da nota de empenho, enviará ao(s) adjudicatário(s) uma via desse documento, juntamente com a ordem de entrega correspondente ao(s) lote (s) que lhe foram adjudicados e cujo(s) produto(s) foi(ram) aprovado(s).

## **14- DO LOCAL E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

**14.1.** A contratada, após receber a Nota de Empenho, obriga-se a entregar os materiais solicitados pela Câmara, no prazo máximo de **15 (dias)** dias corridos, no Almoxarifado da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste situado a rua Gonçalves Dias nº 4236, bairro União, CEP 76.920-000 e deverá ocorrer no horário de 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

## **15- DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** O contrato, que poderá neste caso ser representado pela Nota de Empenho, terá como Gestor o Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste.

## **16- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste ocorrerá através da Função Programática 01.220.001.2.001, Elemento de Despesa 4.4.90.52.00.00, Equipamentos e Materiais Permanentes.

## **17- DO PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal, juntamente com a apresentação de CNDs da SRF, do FGTS, Dívida Ativa da União, Estadual, Trabalhista e Fazenda Municipal atualizadas. A Nota Fiscal deverá ser atestada pelo setor competente. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

**17.1.1** O contratante dispõe do prazo de 10 (dez) dias após a liquidação para efetuar o pagamento à contratada.

## **18- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

18.1. O Contratante tem a obrigação de efetuar o(s) pagamento(s) à contratada nos termos da condição 17.

**19- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1. São obrigações da contratada:

19.1.1. Entregar o(s) material (ais) / produto(s), nos termos da condição do item 14 deste edital;

19.1.2. Atender à(s) notificação(ões) emitida(s) pela fiscalização;

19.2. Serão suportados exclusivamente pela contratada:

19.2.1. Os débitos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, seguros e de responsabilidade civil resultantes do fornecimento do produto;

19.2.2. O contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

**20- DAS SANÇÕES**

20.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, o CONTRATANTE poderá garantir a defesa prévia da CONTRATADA, rescindir o contrato, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades:

a) **advertência;**

b) **multa moratória** de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

c) **multa compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias;

d) **suspensão temporária de participar de licitações** e impedimento de contratar com o Município de Ouro Preto do Oeste-RO por um prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

20.2. Conforme o disposto na Lei Federal 10.520 de 2002, quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**  
**CPL – Comissão Permanente de Licitação**

**Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000**  
**Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090**  
**CNPJ: 05.705.777/0001-75**

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO**  
**PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**20.3** - A CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência;

**20.4** - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/1993;

**20.5** - Comprovado o impedimento ou reconhecida à força maior, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

**20.6** - No caso de não haver a entrega do produto por três vezes num período de trinta dias consecutivos, a CONTRATADA sofrerá as penalidades pelo não cumprimento do contrato, ou seja, em primeiro lugar advertência e no caso de reincidência, multa e rescisão do contrato;

**20.7** - A recusa sem motivo justificado da licitante vencedora em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades aludidas neste Contrato;

**20.8** - O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente;

**20.9** - Para aplicação das penalidades, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação;

**20.10** - As penalidades previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 20.1, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" e "c" do mesmo subitem;

**20.11** - As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e a justificativa só será aceita quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente, e, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a CONTRATADA tomar ciência por qualquer meio idôneo.

## **21- DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS**

**21.1.1.** A Administração convocará o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei 8.666/93;

**21.1.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo, justificado aceito pela Administração;

**21.1.3.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei.

**21.1.4.** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**  
**CPL – Comissão Permanente de Licitação**

**Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000**  
**Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090**  
**CNPJ: 05.705.777/0001-75**

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO**  
**PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**21.1.5.** É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**21.1.6.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**21.1.7.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

**21.1.8** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

**21.1.9.** O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**21.1.10.** A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

## **22 – DO FORO**

**22.1. Para dirimir questões emergentes desta licitação fica eleito o Foro de Ouro Preto do Oeste-RO, com renúncia expressa a qualquer outro.**

## **23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** É facultado a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**23.2.** A apresentação de proposta de preço implica na aceitação plena e total das condições deste certame, sujeitando o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

**23.3.** Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela pregoeira e membros da equipe de apoio, servidores da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO.

**23.4.** Os casos omissos serão resolvidos pela pregoeira, que decidirá com base na legislação em vigor.

**23.5.** A Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade do vendedor a terceiros, sejam estes fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**23.6.** A Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO se reserva o direito de anular ou revogar a presente licitação, total ou parcialmente, por ilegalidade ou interesse público, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

Ouro Preto do Oeste - RO, 28/11/2016.

***Diane Alves dos Santos***  
**Pregoeira**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DA INTRODUÇÃO**

Versa o presente termo a definição precisa, suficiente e clara dos elementos necessários ao fornecimento do objeto, visando propiciar avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução/entrega de forma clara, concisa e objetiva.

**2. DO OBJETO**

Aquisição de Livros Jurídicos, Contábeis e Licitatórios, em suas edições mais atualizadas existentes no mercado nacional, necessários ao bom atendimento e desenvolvimento das atividades desta Casa de Leis, notadamente quanto à emissão de pareceres e consulta dos Vereadores, Assessores e servidores, para que a fim de que os mesmos possam atender, com maior eficiência, as obrigações que lhes são atribuídas, conforme as quantidades e especificações estipuladas neste termo, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia.

**3. DA JUSTIFICATIVA**

Os materiais que se pretende adquirir destinam-se a instruir, capacitar e atualizar os servidores da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste - RO, e demais consulentes, visando à melhoria nos serviços de assessoramento e apoio às unidades desta Casa de Leis nas áreas jurídicas e administrativas. As obras visam também a implantação de uma minibiblioteca com livros que estejam de acordo com as novas tendências da Administração Pública e com os recentes entendimentos da doutrina e jurisprudência. Desta forma, justificamos a necessidade da aquisição dos materiais permanentes, nas quantidades e especificações estipuladas.

**4. DA ESPECIFICAÇÃO, DO QUANTITATIVO E DO CUSTO.**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

Para viabilizar a formulação das propostas, devem-se considerar as especificações e descrição do objeto os quantitativos e os custos, com base na média de preço de acordo com as pesquisas feitas.

ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO	QTD	Valor Un.	TOTAL
01	<b>LIVRO</b> – Vade-mécum de Licitações e Contratos - Coleção Jorge Ulisses Jacoby Fernandes de Direito Público - Vol. 8 	<b>Informações técnicas:</b> Autor(a): Jorge Ulisses Jacoby Fernandes; Título: Vade-mécum de Licitações e Contratos - Vol. 8 ISBN: 9788545001164 Coleção: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes Páginas: 2353 Edição: 7ª Tipo de capa: Brochura Formato: Livro Editora: Forum Ano: 2016 Assunto: Direito Idioma: Português  <b>SINOPSE:</b> É com grande satisfação que apresento a 7ª edição do Vade-mécum de Licitações e Contratos, ferramenta de auxílio ao Gestor Público na sua missão diária. Esta obra reúne a mais relevante jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Poder Judiciário, trazendo o entendimento atual para os mais complexos temas envolvendo as licitações e contratos, bem como a indicação dos entendimentos pretéritos, que contribuíram para a consolidação da jurisprudência predominante. Estão aqui compiladas, aproximadamente, 8.500 decisões, com notas e comentários sobre as questões de maior relevância, como subsídio àqueles que labutam diariamente com as demandas das aquisições públicas e muitas vezes se sentem inseguros diante das divergências interpretativas das decisões administrativas e/ou judiciais. Como facilitador para pesquisa, o índice remissivo conduz o leitor ao encontro rápido e eficiente do assunto do seu interesse, incluindo legislação, jurisprudência e doutrina	<b>01</b>	<b>432,33</b>	<b>432,33</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

		relevantes. O acesso aos anexos da legislação complementar continuam a ser efetuados por meio do Vade-mécum Eletrônico, disponibilizado no site da Editora Fórum, mediante senha de acesso constante da etiqueta de autenticidade do livro. Nesta edição optou-se por não seguir com rigor as normas impostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT no tocante à elaboração de referências dos julgados, em prol da economia e objetividade. O Vade-mécum de Licitações e Contratos, 7ª edição, é o mais completo compêndio de licitações e contratos do Brasil, organizado com o propósito de garantir segurança aos operadores dessa área.			
02	<b>LIVRO – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública - 4ª Edição</b> 	<b>Informações técnicas:</b> Título: Dispensa de Inexigibilidade de Licitação Pública ISBN: <b>9788545000976</b> Coleção: Menezes Niebuhr Páginas: 334 Edição: 4ª Tipo de capa: Brochura Formato: Livro Editora: Forum Ano: 2015 Idioma :Português Autor(a): Joel De Menezes Niebuhr  <b>SINOPSE:</b> O presente volume enfrenta em minúcia o tema da dispensa e da inexigibilidade de licitação pública, unindo consistente aporte teórico à abordagem prática dos problemas que surgem no cotidiano dos que militam junto à Administração Pública. Trata-se de obra fundamental, reconhecida e festejada pela comunidade jurídica e acadêmica, cuja principal virtude é a de enfrentar e propor soluções práticas e viáveis para as grandes questões que envolvem o tema.	<b>01</b>	<b>136,00</b>	<b>136,00</b>
03	<b>LIVRO - Termo de Referência:</b>	<b>Informações técnicas:</b> Autor(a): Tatiana Camarão , Jair	<b>01</b>	<b>86,67</b>	<b>86,67</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias n°. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

	<p>O Impacto da Especificação do Objeto e do Termo De Referência na Eficácia das Licitações E Contrato</p> 	<p>Eduardo Santana , Anna Carla Duarte Chrispim; Título: Termo de Referência: O Impacto da Especificação do Objeto e do Termo De Referência na Eficácia das Licitações E Contrato ISBN: 9788545001034 Páginas: 203 Edição: 5ª Tipo de capa: Brochura Formato: Livro Editora: Forum Ano: 2016 Assunto: Direito Idioma: Português</p> <p><b>SINOPSE:</b> Muitos daqueles que transitam pelo setor das aquisições e contratações públicas (licitações e contratos administrativos) não se dão conta de que os principais e mais graves problemas existentes estão no nascedouro de tais procedimentos. Licitações desertas e fracassadas, aquisições de péssima ou duvidosa qualidade, dimensionamento equivocado de demandas, aditivos contratuais desnecessários e excessivos e, enfim, deficiências finalísticas de toda sorte são decorrência — não raro — da ausência absoluta de planejamento onde está a raiz do Termo de Referência e do Projeto Básico. Delimitar o objeto em todas as suas dimensões, com precisão cirúrgica, é o grande salto que a Administração Pública deve dar em busca da eficiência em seus processos. Este livro, até então inédito no País, aborda os principais temas para que a ótima especificação do objeto seja o caminho para o sucesso e para a geração dos ótimos resultados nas aquisições públicas. De fato, é no Termo de Referência ou no Projeto Básico que se encontram os códigos genéticos da licitação ou do contrato que vier a ser</p>			
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		lavrado.			
04	<b>LIVRO - Contratação Direta Sem Licitação - Vol. 6 - 10º Ed. 2016</b> 	<b>Informações técnicas:</b> Título: Contratação Direta sem Licitação - Vol. 6 Autor: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes ISBN: 9788545001263 Coleção: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes de Direito Público Páginas: 697 Edição: 10ª Tipo de capa: Brochura Formato: Livro Editora: Forum Ano: 2016 Assunto: Direito Administrativo Idioma: Português  <b>SINOPSE:</b> O estudo que este livro condensa procura sistematizar de forma objetiva as possibilidades de contratação direta sem licitação. Executar leis não é privilégio do Poder Executivo. Todas as atividades administrativas, dos três poderes e de todas as esferas do governo, exercem esse mister, fato que bem demonstra a necessidade de dinamização e popularização dos processos de interpretação das leis, para que não fiquem restritos ao seletíssimo círculo dos hermeneutas. Os procedimentos e as exegeses consagradas pelo Tribunal de Contas da União, além de outras Cortes de Contas, têm atendido a essas necessidades, faltando, contudo, um processo de sistematização que facilite a compreensão. O objetivo que se pretende, nas páginas a seguir, é estabelecer, com base na melhor jurisprudência e doutrina, um norte seguro para a contratação direta sem licitação no âmbito da Administração Pública em sua mais larga acepção. Foram inseridas noções teóricas, elementares e suficientes para lembrar ou recordar os parâmetros à interpretação da Lei de Licitações e Contratos. No capítulo segundo, apresenta-	<b>01</b>	<b>272,33</b>	<b>272,33</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

		se uma síntese das modalidades de licitação e critérios para a sua utilização. Nos capítulos seguintes, examinam-se os dispositivos desse diploma que tratam da dispensa e da inexigibilidade de licitação. Acresceu-se, ainda, um capítulo tratando dos procedimentos que não podem deixar de ser adotados na contratação direta.			
05	<b>LIVRO</b> - Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico - 6ª Ed. 	<b>Informações técnicas:</b> Autor(a): Jorge Ulysses Jacoby Fernandes Título: Sistema de Registro de Preço e Pregão Presencial Eletrônico - Vol. 7 Classificação Autor: Direito Administrativo ISBN: 9788545000440 Coleção: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes de Direito Público Páginas: 638 Edição: 6ª Tipo de capa: Capa Dura Formato: Livro Editora : Forum Ano: 2015 Assunto: Direito Administrativo Idioma: Português  <b>SINOPSE:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Detalhado manual para implantação do SRP</li><li>• Aplicação às micro e pequenas empresas</li><li>• Recomendações para definir qualidade e quantidade do objeto</li><li>• Jurisprudência</li><li>• Regras do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC</li><li>• Comentários ao Decreto nº 7.892/2013</li><li>• Atualizada com o Decreto nº 7.892/2013</li></ul>	<b>01</b>	<b>164,00</b>	<b>164,00</b>
06	<b>LIVRO</b> - Patrimônio na Administração Pública Municipal - Regulamento e Gestão de Ativo Imobilizado de Acordo com a NBCASP - 2ª Edição -	<b>Informações técnicas:</b> Autor(es): Milton Mendes Botelho ISBN: 978853625155-4 Edição/Tiragem: 2ª Edição - Revista e Atualizada Acabamento: Brochura Número de Páginas: 186	<b>01</b>	<b>84,33</b>	<b>84,33</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

	<p>Revista e Atualizada</p> 	<p>Publicado em: 25/05/2015 Área(s): Direito Administrativo</p> <p><b>SINOPSE:</b> A adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP trouxe à discussão a gestão dos bens públicos como instrumento de produção de serviços públicos de qualidade. Os entendimentos e conceitos existentes, oriundos de uma Contabilidade Governamental focada somente na execução do orçamento, estão sendo atualizados de acordo com a mudança de foco no patrimônio. Novos procedimentos contábeis serão adotados, e é preciso estabelecer requisitos técnicos adequados à realidade dos municípios, sempre tendo como referência as NBCASP. O presente trabalho apresenta um roteiro prático e objetivo aos atores da gestão municipal em forma de regulamento, para atender às NBCASP e viabilizar a função fiscalizadora do Controle Interno. O modelo de regulamento sugerido proporciona a oportunidade de discorrer sobre assuntos inerentes à catalogação, mensuração, identificação, classificação, avaliação, contabilização, ajuste, depreciação e baixa do Ativo Permanente das unidades administrativas municipais, atendendo às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP e às Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.</p>		
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



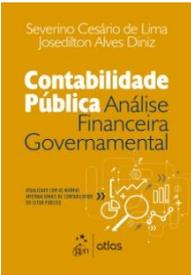
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

07	<b>Livro</b> - <b>Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental</b> 	<b>Informações técnicas:</b> Autor(a): Severino Cesário de Lima Título: Contabilidade Pública Subtítulo: Análise Financeira Governamental ISBN: 9788597008234 Páginas: 576 Edição: 1ª Tipo de capa: Brochura Formato: Livro Editora : Atlas Ano: 2016 Assunto: Contabilidade Idioma: Português  <b>SINOPSE:</b> Muitos autores buscam importar os modelos de análise financeira do setor privado para o setor público com o objetivo de obter conclusões sobre a condição financeira dos governos. Todavia, esses modelos de análise não são adequados, especialmente porque os dados financeiros do setor público são gerados por um modelo contábil diferente. Ademais, o ambiente subjacente e os modelos de tomada de decisões são fundamentalmente distintos nos dois setores. Assim, este livro, fazendo uso do know-how das grandes nações que utilizam esse tipo de análise, bem como dos conhecimentos práticos desenvolvidos por renomados profissionais e pesquisadores do mundo acadêmico, apresenta uma metodologia que se aplica à realidade das organizações públicas brasileiras. Convidamos você, estudante, professor, pesquisador, gestor público, analista, consultor, assessor e interessado no assunto, a mergulhar conosco nesse universo da contabilidade e análise financeira governamental. É um desafio, pois o assunto é ainda pouco explorado no Brasil. Por isso, tivemos o cuidado de deixar a leitura agradável e apresentar ao	01	114,00	114,00
----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

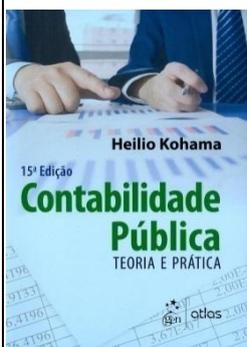
Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		final de cada capítulo uma análise prática para demonstrar a aplicação dos aspectos teóricos da condição financeira de forma a atender as necessidades de todos os interessados nesse tema. Livro-texto para as disciplinas Contabilidade Pública, Finanças Públicas, Orçamento Público dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Atuariais e Administração Pública. Leitura complementar para os cursos de Economia e Direito. Obra de referência e consulta para profissionais das administrações federais, estaduais, municipais e autárquicas.			
08	<b>LIVRO</b> - Contabilidade Pública - Teoria e Prática - 15ª Ed. 2016	<b>Informações técnicas:</b> Autor(a): Heilio Kohama Título: Contabilidade Pública Subtítulo: Teoria E Prática Editora : Atlas ISBN: 9788597006315 Páginas: 440 Edição: 15ª Tipo de capa: Brochura Formato: Livro Editora: Atlas Ano: 2016 Assunto: Contabilidade Idioma: Português  <b>SINOPSE:</b> A obra contém a aplicação prática dos conceitos teóricos, legais e dos principais dispositivos que compõem as normas gerais de contabilidade aplicadas ao setor público. São objeto de estudo deste livro o serviço público, a administração pública, a contabilidade pública, o orçamento público, a dívida pública e o patrimônio público. Ao final do texto, o autor expõe um plano de contas que engloba os sistemas financeiro, patrimonial, de compensação e orçamentário. E, para confirmar seu caráter prático e objetivo, traz ainda índice por assunto dos	01	145,00	145,00





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		lançamentos e exaustivo índice remissivo para facilitar o acesso à matéria de maior interesse. Livro-texto para a disciplina” Contabilidade Pública” dos cursos de Ciências Contábeis e Administração Pública. Obra de referência e consulta profissional para militantes nas administrações federal, estaduais, municipais e autárquicas.			
09	<b>LIVRO</b> - Vade Mecum Saraiva - 22ª Edição – 2016 	<b>Informações técnicas:</b> Assunto: Direito Editora: Saraiva Edição: 22 Número de Páginas 2416 ISBN 9788547207793 Origem: Nacional Idioma: Português Data de Lançamento: 2016 Acabamento: Capa dura Formato: Médio Medidas (cm): 17 x 24  <b>SINOPSE:</b> A Editora Saraiva, líder no mercado de livros jurídicos e sempre atenta às necessidades dos profissionais e interessados neste meio, apresenta a nova edição da obra Vade Mecum Saraiva. Destaques desta edição: - Adendo Especial – CPC DE 1973 (Lei n. 5.869, de 11-1-1973) - Marco Regulatório da Primeira Infância (Lei n. 13.257, de 8-3-2016) - Normas do CPC de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao processo do trabalho (IN 39/TST) - Agravo de Instrumento (IN 40/TST) - Lei Antiterrorismo (Lei n. 13.260, de 16-3-2016) - Marco Civil da Internet – Regulamento (Decreto n. 8.771, de 11-5-2016) - Notas de correspondência entre o CPC de 1973 e o CPC de 2015 - Novo CPC: LEI N. 13.105, de 16-3-2015	<b>04</b>	<b>177,67</b>	<b>710,68</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		(atualizado pela Lei n. 13.256, de 4-2-2016) - Súmulas e OJs do TST – adaptação ao Novo CPC			
10	<b>LIVRO</b> - Súmulas Dos Tribunais Superiores - Organizadas Por Assunto - Stf, Stj E Tst - 5ª Ed. 2016  	<b>Informações técnicas:</b> Autor: ÉLISSON MIESSA, HENRIQUE CORREIA, ROBERVAL ROCHA – ORGANIZADORES Editora: EDIÇÕES JUS PODIVM Isbn: 9788544207833 Capa: Comum Ano: 2016 Edição: 5ª Páginas: 468 Peso: 0,645  <b>SINOPSE:</b> Inclui: - Orientações jurisprudenciais do TST - Índice remissivo em ordem numérica - Índice temático remissivo  A presente obra surge com o objetivo de agilizar a consulta da jurisprudência consolidada, em vigor, dos Tribunais Superiores, servindo de ferramenta eficaz ao operador do direito (procuradores, juízes, promotores de justiça, advogados e professores). Tem como finalidade, ainda, facilitar o estudo daqueles que se preparam para concursos públicos das diferentes áreas jurídicas, vez que as súmulas e também as orientações jurisprudenciais são, frequentemente, questionadas na seleção pública. Com a organização por temas, o leitor, ao procurar, por exemplo, bens públicos poderá encontrar em um análise rápida, efetiva e sistemática todas as súmulas do STF e STJ relacionadas ao tema. Da mesma forma, se pretender o assunto adicional de insalubridade ou recurso de revista encontrará toda jurisprudência relativa a essas matérias em um único tópico. Esse método, além de facilitar a memorização, dinamiza o estudo	<b>01</b>	<b>117,33</b>	<b>117,33</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores. Caso o leitor busque o aprofundamento na matéria, com comentários e detalhes da jurisprudência e da legislações atuais, indicamos nossos livros: Súmulas do STF organizadas por assunto, anotadas e comentadas; Súmulas do STJ organizadas por assunto, anotadas e comentadas; Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST comentadas e organizadas por assunto, todos publicados por essa mesma editora.			
11	<b>LIVRO</b> - Constituição Federal Interpretada: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo - 7ª Edição/2016 	<b>Informações técnicas:</b> Assunto: Legislação Editora: Manole Edição: 7ª Número de Páginas: 1472 ISBN: 9788520446935 Origem: Nacional Idioma: Português Data de Lançamento: 2016 Acabamento: Brochura Medidas (cm): 18x13 Autor: Ferraz, Anna Candida da Cunha / Machado, Costa  <b>SINOPSE:</b> Obra didática, completa e fácil de manusear. Didática porque, sendo seus autores professores de Direito Constitucional, incluindo a coordenadora, a preocupação pedagógica é uma constante, o que faz da obra um sucedâneo dos manuais existentes nas livrarias jurídicas. Completa porque corresponde ao único trabalho disponível no mercado que realmente apresenta interpretações artigo por artigo, parágrafo por parágrafo da Constituição Federal. Fácil de manusear e transportar, por conta do seu formato reduzido, permite ao aluno levar todos os dias a sua Constituição Federal interpretada para a faculdade e ao profissional levá-la para o fórum e suas	<b>01</b>	<b>160,00</b>	<b>160,00</b>



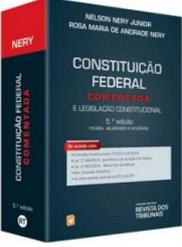
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

		audiências.			
12	<b>LIVRO</b> - Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional - 5ª Ed. 	<b>Informações técnicas:</b> Título: Constituição Federal Comentada E Legislação Constitucional Autor: Nelson Nery Junior Editora: Revista Dos Tribunais Edição: 5 Ano: 2014 Idioma: Português Especificações: Capa dura   2064 páginas ISBN: 978-85-2035-246-5 Dimensões: 240mm x 170mm  <b>SINOPSE:</b> Foi considerada a modificação do texto da Constituição até a EC 81, de 5.6.2014, mudança significativa para o combate ao trabalho escravo, bem como as atualizações na legislação constitucional pertinente. Da mesma forma a atualização alcança a súmula da jurisprudência dos tribunais, notadamente do STJ (atualização até a Súmula 505), já que não foi editada nenhuma súmula do STF desde a 4.ª edição de nossa Constituição Federal Comentada. Temas relevantes do direito constitucional brasileiro foram trabalhados, como por exemplo, os aspectos jurídicos do mensalão, sobretudo a questão do cabimento dos embargos infringentes em ação penal da competência originária do STF, quando o julgamento tiver sido por maioria de votos. No intuito de continuar auxiliando o profissional do Direito, Professor de Direito, Magistrado, Advogado, Membro do Ministério Público, Procurador, Acadêmico e demais interessados a melhor compreender o sistema constitucional brasileiro.	<b>01</b>	<b>456,67</b>	<b>456,67</b>
13	<b>LIVRO</b> - Constituição Federal: Comentada - 3ª Edição	<b>Informações técnicas:</b> Título: Constituição Federal Comentada Autor: José Miguel Garcia Medina Editora: Revista Dos Tribunais Edição: 3	<b>01</b>	<b>268,67</b>	<b>268,67</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>Ano: 2014 Idioma: Português Especificações: Brochura   912 páginas ISBN: 978-85-2035-173-4 Dimensões: 240mm x 170mm</p> <p><b>SINOPSE:</b> Esta obra tem como propósito examinar à luz do texto constitucional, os problemas que sucedem na sociedade brasileira. Não se trata de um livro sobre teoria da constituição, por isso os aspectos teóricos são apenas referidos com o intuito de servir de base para a solução das questões concretas apresentadas. Após cada dispositivo constitucional, apontam-se as referências legislativas importantes, súmulas dos Tribunais Superiores e decisões selecionadas entre aquelas proferidas pelo STF e pelo STJ relacionadas ao texto constitucional. Nesta 3ª edição foram consideradas as Emendas Constitucionais realizadas (como, p.ex., a EC 76/2013, que aboliu a votação secreta nos casos de perda de mandato de Deputado ou Senador e de apreciação de veto), além da inserção de novos comentários de acordo com a doutrina e a jurisprudência mais recentes.</p>			
14	<p><b>LIVRO</b> - Direito Constitucional Esquemático - 20ª Ed. 2016</p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> Coleção: Esquemático Título: Direito Constitucional Esquemático Autor: Pedro Lenza Editora: Editora Saraiva Edição: 20 Ano: 2016 Idioma: Português Especificações: Brochura   1592 páginas ISBN: 978-85-4721-206-3 Peso: 2120g Dimensões: 240mm x 170mm</p> <p><b>SINOPSE:</b> A Editora Saraiva apresenta a edição 2016</p>	01	215,00	215,00



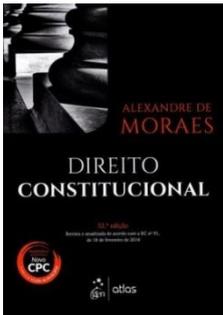
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		da obra "Direito Constitucional Esquematizado", de autoria do Professor Pedro Lenza. Através de um projeto gráfico pioneiro em duas cores, o autor aplica a didática dos quadros, palavras-chave, esquemas, itens e subitens, que proporcionam a fixação visual do conteúdo e o aprendizado através de uma linguagem clara, direta e estimulante. A 20ª edição está atualizadíssima, abrangendo as mais importantes Emendas Constitucionais até a de n. 92, as 56 súmulas vinculantes e as principais decisões do STF. Atualizada conforme o Novo Código de Processo Civil, a obra destina-se a alunos de graduação e concursos públicos (inclusive das carreiras não jurídicas) e possui questões de concursos das mais importantes bancas, além de mostrar-se indispensável aos profissionais da área do direito.			
15	<b>LIVRO</b> - Direito Constitucional - 32ª Edição/2016 	<b>Informações técnicas:</b> Assunto: Direito Constitucional Editora: Atlas Edição: 32ª Número de Páginas: 1008 ISBN: 9788597003826 Origem: Nacional Idioma: Português Data de Lançamento: 2016 Acabamento: Capa dura Formato: Médio Medidas (cm): 17 X 24 Autor: Alexandre de Moraes  <b>SINOPSE:</b> Este livro condensa a análise doutrinária e jurisprudencial da Constituição Federal, proporcionando segura fonte de consulta para a solução das problemáticas constitucionais e seus reflexos nos diversos campos do Direito. Trata-se de um estudo profundo das normas constitucionais atuais, comparando-as com as Constituições brasileiras anteriores e de	<b>01</b>	<b>176,33</b>	<b>176,33</b>



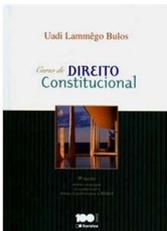
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

		<p>diversos países. Os temas polêmicos, abordados com clareza, posicionam o leitor sobre as diversas interpretações, trazendo à colação ilustradas opiniões de doutrinadores nacionais, estrangeiros e julgados dos Tribunais Superiores, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Estaduais. A obra é enriquecida com a citação da posição do Supremo Tribunal Federal em todas as questões importantes, indicando os repertórios ou mesmo o Diário da Justiça onde a íntegra da ementa ou do acórdão poderá ser encontrada. Dessa forma, apresenta visão geral do Direito Constitucional e de sua aplicação diária a todos os demais ramos jurídicos, interpretado pela doutrina nacional e estrangeira, pelos Tribunais e, principalmente, pelo guardião da Constituição Federal: o STF. O fortalecimento da atuação do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal, em defesa dos Direitos Humanos Fundamentais e na colmatação das lacunas constitucionais, com a consequente ampliação do ativismo judicial entre nós, vêm sendo, sem qualquer sombra de dúvida, os pilares da recente atuação da Corte, merecendo a reflexão de todos.</p> <p>A presente edição foi atualizada até a Emenda Constitucional no 91, de 18 de fevereiro de 2016.</p>			
16	<p><b>LIVRO</b> – Curso de Direito Constitucional - 9ª Edição – 2015</p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> Assunto: Direito Constitucional Editora: Saraiva Edição: 9ª Número de Páginas: 1704 ISBN 8502230662 ISBN-13 9788502230668 Origem: Nacional Idioma: Português Data de Lançamento: 2015 Acabamento: Brochura Formato: Médio</p>	<b>01</b>	<b>261,00</b>	<b>261,00</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

		<p>Medidas (cm): 17 x 24 Autor: Uadi Lammêgo Bulos</p> <p><b>SINOPSE:</b> Trata-se de uma obra completa, profunda, didática, minuciosa e, ao mesmo tempo, abrangente de todo o programa da disciplina de 'Direito Constitucional' adotado nas faculdades brasileiras e exigido pelos editais de concursos públicos para o ingresso nas carreiras jurídicas e áreas que exijam conhecimento afins:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- O exame aprofundado da teoria constitucional clássica e das noções contemporâneas e atualizadas da matéria, explicadas com método, clareza e invulgar espírito de síntese;</li><li>- A esquematização dos princípios assuntos, para facilitar a memorização dos pontos fortes da disciplina;</li><li>- As informações genéricas e específicas das normas que integram a Constituição de 1988, analisadas comparativamente com preceitos das Cartas brasileiras passadas e de outros países. Entre outros.</li></ul> <p>O livro traz a esquematização dos principais assuntos para facilitar a memorização dos pontos fortes da disciplina, além do índice alfabético remissivo que poderá direcionar a pesquisa de dúvidas corriqueiras, que demandam a realização de consultas objetivas e a obtenção de respostas consistentes.</p>			
17	<p><b>LIVRO - PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL (2016) 2ª edição: Revista, ampliada e atualizada.</b></p>	<p><b>Informações técnicas:</b> PESO: 0.600 Kg TÍTULO ORIGINAL: Processo Legislativo Constitucional - 2ª Ed. 2016 NÚMERO DA EDIÇÃO: 2 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 MARCA: Juspodivm I.S.B.N.: 9788544207130 ALTURA: 23.00 cm LARGURA: 16.00 cm PROFUNDIDADE: 1.00 cm</p>	<b>01</b>	<b>91,00</b>	<b>91,00</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

	<p>NÚMERO DE PÁGINAS: 304 ACABAMENTO: Brochura Autor: João Trindade</p> <p><b>SINOPSE:</b> O processo legislativo – assim entendido como o processo de formação das leis – tem sua matriz prevista na Constituição. Todavia, não se esgota nos procedimentos previstos na Carta Magna, uma vez que é regulamentado por diversos outros instrumentos normativos, tais como os regimentos internos das casas legislativas e a Lei Complementar nº 95/98. Se é verdade que deve haver um estudo integrado, que promova um “diálogo de fontes”, harmonizando as disposições constantes desses vários instrumentos normativos, não menos o é que se faz necessária uma visão global do fenômeno da elaboração de leis no Direito brasileiro. Tendo por base essa afirmação, resolvemos trazer a público estes nossos escritos, em que nos debruçamos sobre as características constitucionais da elaboração das várias espécies normativas primárias existentes no Direito Constitucional brasileiro. Não se trata de mais um capítulo acerca do processo legislativo, inserto num manual de Direito Constitucional. Por outro lado, não se tem aqui uma obra de fôlego doutrinário que busque analisar os meandros (regimentais, inclusive) da tramitação das proposições normativas. Para um e outro objetivo, o leitor já dispõe de diversas obras insuperáveis. O objetivo principal de nosso livro é analisar o processo legislativo, de forma aprofundada, mas sempre à luz da Constituição Federal. O recurso às normas regimentais será feito de forma apenas supletiva, e em caráter excepcional. Para isso, analisamos os conceitos básicos do processo legislativo, tais como processo, procedimento, fases etc. Depois,</p>		
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>procuramos criar uma tipologia dos princípios que regem o processo de formação das leis. E, por fim, na parte mais extensa do livro, analisamos os vários procedimentos legislativos: comum (ordinário, sumário e abreviado) e especiais (leis orçamentárias, emendas constitucionais, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções e decretos autônomos). Também dedicamos um capítulo ao controle jurisdicional do processo legislativo. Com isso, esperamos ajudar a quem, já tendo estudado o capítulo sobre processo legislativo nos manuais “generalistas”, por assim dizer, busque aprofundar o tema, sem necessariamente sair da esfera do Direito Constitucional propriamente dito.</p>			
18	<p>LIVRO - Manual De Direito Constitucional - 4ª Ed. 2016</p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> PESO: 1.950 Kg NÚMERO DA EDIÇÃO: 4 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 MARCA: Juspodivm I.S.B.N.: 9788544206676 ALTURA: 17.00 cm LARGURA: 24.00 cm PROFUNDIDADE: 1.00 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 1384 ACABAMENTO: Brochura AUTOR: Nathalia Masson</p> <p><b>SINOPSE:</b> Conforme o Novo CPC e EC 90/2015. Inclui: - Diversos esquemas, gráficos e tabelas; - Destaques numa segunda cor para os trechos mais importantes - Quadro sinóptico e questões de concursos objetivas e discursivas comentadas ao final de cada capítulo. Há muito tempo sei quem é Nathalia Masson. Professora destacada nos cursinhos, por</p>	01	170,00	170,00



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

	<p>diversas vezes ouvi falar dela como alguém que encanta pela forma como ministra suas aulas e pelo conhecimento que apresenta. Em 2012, por coincidências da vida, nos conhecemos de verdade e nos aproximamos.</p> <p>Foi o primeiro passo para o nascimento dessa obra que vem refundar o estudo de Direito Constitucional para concursos. Conversamos, discutimos e chegamos a um formato que achávamos ideal.</p> <p>Nathalia conseguiu ir além.</p> <p>A obra foi concebida para que cada capítulo tenha independência em relação aos demais, permitindo que o leitor/aluno/concursando possa estudar de forma completa e definitiva um determinado assunto.</p> <p>Para isso, cada capítulo da obra foi estruturado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Doutrina com farta jurisprudência, bibliografia comparada e destaques numa segunda cor (azul) para facilitação do aprendizado:</li><li>- Diversos esquemas, tabelas e gráficos espalhados ao longo do texto, permitindo uma visualização melhor do tema abordado e uma fixação mais efetiva daquilo que está sendo estudado:</li><li>- Quadro sinótico cuidadosamente desenvolvido de forma a representar um retrato em escala reduzida de tudo que foi abordado no capítulo. A ideia é que o quadro funcione como um verdadeiro resumo de todo o capítulo e dê segurança ao leitor na reta final dos estudos:</li><li>- Diversas questões de concursos comentadas, assertiva por assertiva, indicando o ponto no livro no qual o leitor encontrará o assunto abordado na questão.</li></ul> <p>Formou-se então a didática que acreditamos ser ideal para o estudo do concursando: doutrina completa (com jurisprudência e esquemas de fixação) + resumo de tudo que foi estudado de forma</p>			
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>bastante organizada + questões comentadas para a prática daquilo que foi aprendido. Agradeço muito a Nathalia por ter aceitado assumir o desafio dessa empreitada. Acompanhei de perto toda sua dedicação e cuidado com o livro. O resultado é esse: uma obra sem igual. Não tenho dúvidas do seu sucesso. Parabéns à autora. Editor</p>			
19	<p><b>LIVRO</b> - Direito Administrativo Descomplicado - 24ª Edição/2016</p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> PESO: 1.480 Kg NÚMERO DA EDIÇÃO: 24 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 MARCA: Método I.S.B.N.: 9788530968199 ALTURA: 23.00 cm LARGURA: 16.00 cm PROFUNDIDADE: 4.82 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 1152 ACABAMENTO: Brochura AUTOR: Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo</p> <p><b>SINOPSE:</b> Os Professores Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo têm, como relevante diferencial, singular capacidade de transportar para a escrita a mesma didática que os caracteriza nas salas de aulas, pela qual conseguem tratar de temas altamente complexos de forma objetiva e cristalina, em linguagem descomplicada, amplamente acessível. A maestria na comunicação, a clareza na abordagem dos assuntos, a empatia com seu público e a preparação podem explicar parte do sucesso de aceitação de suas obras. Direito Administrativo Descomplicado é reflexo das características apontadas acima. O livro aborda todos os temas relevantes da disciplina, contemplando o conteúdo de editais dos principais concursos públicos, como também os programas das</p>	01	205,33	205,33



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		universidades do País, tudo com o rigor científico que exige a matéria. Complementarmente, apresenta uma extensa seleção de exercícios extraídos de provas de importantes bancas examinadoras, organizados por assunto, o que permite uma eficaz fixação do conteúdo estudado.			
20	<b>Direito Administrativo Esquematizado - 2ª Ed. 2016</b> 	<b>Informações técnicas:</b> Assunto: Direito Administrativo Editora: Método Edição: 2ª Número de Páginas: 1312 ISBN-13 9788530968151 Origem: Nacional Idioma: Português Data de Lançamento: 2016 Acabamento: Brochura Formato: Médio Medidas (cm): 23 x 16 x 1 cm Autor: Santos, Ricardo Alexandre De Almeida / Calheiros Júnior, João De Deus Moreira  <b>SINOPSE:</b> Trata-se de estudo de envergadura, emanado de mentes que conhecem a teoria e a prática do objeto científico. Daí a forma didática, clara e objetiva como os temas são expostos. O grande diferencial desta obra é fruto da capacidade dos autores de tratar de temas áridos, complexos, em linguagem direta e simples, sem perda da profundidade do conteúdo. Houve o cuidado de facilitar, ainda mais, a compreensão dos institutos mediante a inserção de diversos quadros sinóticos, também no próprio corpo do texto, resumindo-se graficamente os pontos cruciais da matéria. Veja-se, ainda, que vinculam diversos assuntos entre si, mostrando ao leitor como os variados temas do Direito Administrativo se interconectam formando um todo unitário e coerente. Assim, esta singular obra	<b>01</b>	<b>207,00</b>	<b>207,00</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		corresponde a um importante marco para a doutrina administrativista, para aqueles profissionais que aplicam as regras do Direito Administrativo, para os estudantes e para todos aqueles cidadãos que pretendem ingressar na Administração Pública pela via republicana do concurso público.			
21	<b>Manual De Direito Administrativo - 3ª Ed. 2016</b> 	<b>Informações técnicas:</b> PESO: 1.700 Kg NÚMERO DA EDIÇÃO: 3 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 MARCA: Juspodivm I.S.B.N.: 9788544206645 ALTURA: 17.00 cm LARGURA: 24.00 cm PROFUNDIDADE: 1.00 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 1184 ACABAMENTO: Brochura AUTOR: Matheus Carvalho  <b>SINOPSE:</b> Neste Manual, Tudo É Tratado Com Extensão, Tornando Visível, No Contexto De Cada Capítulo, A Potencialidade Da Inteligência De Quem Dedicou Todos Os Esforços Para Escrevê-Lo. Os Elementos De Natureza Política São Apresentados Ao Lado Dos Seus Efeitos Jurídicos, E Parapropiciar Um Entendimento Evolutivo Da Ciência Jurídica Aplicada Ao Direito Administrativo, Apresenta Exemplos Concretos E Práticos, Acompanhados Da Transcrição De Textos Legais, Doutrinários E Jurisprudenciais. Após Cada Capítulo, O Manual Traz Ainda Questões Cobradas Em Concursos Para O Ingresso Em Carreiras Jurídicas E Voltadas Ao Direito Administrativo, Como Forma De Permitir A Assimilação E A Revisão Rápida E Concisa Dos Conteúdos Abordados. As Temáticas Foram Cuidadosamente selecionadas De Provas Para Diversos Órgãos Públicos E	01	172,50	172,50



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

	<p>Aplicadas Por Bancas Já Consagradas, Como O Cespe/Unb, Fundação Carlos Chagas (Fcc), Vunesp E A Esaf. Em Razão Da Simplicidade Da Linguagem, A Obra Permite O Rápido Entendimento Do Direito Administrativo, Sua Evolução, Seus Princípios E Sua Aplicação Na Administração Pública. Dessa Forma, Volta-Se Tanto Ao Público Acadêmico Quanto Àqueles Que Se Preparam Para Enfrentar concursos Públicos. Deparamo-Nos, Portanto, Sem Qualquer Dúvida, Com Uma Obra Que Desempenha Função De Despertar Curiosidade E Satisfação Para Os Estudiosos Do Direito Administrativo, Apresentando valiosa E Original Contribuição Doutrinária. Ela Revela Caráter Interdisciplinar, Por Apresentar Reflexões De Base Jus Filosófica, Assentadas Em Proposições Trabalhadas Com Verdades Rigorosamente Apuradas. Além Disso, Desbrava Um Âmbito Dogmático Jurídico Onde Há Envolvimento Com Postulados, Princípios, Regras, Formulações E Outros Aspectos Vinculados A sistemas Apreciados. Ofereço Aqui Minha Saudação Ao Autor E O Parabênico Por Seu Esforço Intelectual E Busca Constante Pelo Aprimoramento Da Obra Durante Seu Processo De Desenvolvimento, Que, Porvezes, Pude Acompanhar. Tenho A Certeza De Que, Ao Lado De Tantas Outras Contribuições Doutrinárias Já Existentes, Os Ensinamentos Deste Manual Podem Ser Utilizados, Com Absoluto êxito, Para Aumentar A Capacidade Cultural Jurídica De Estudantes, Especialistas E Operadores Do Direito Em Geral. O Direito Administrativo, Quando Apresentado Em Linguagem Simples, Correta, Incisiva, Compreensível E Direta, Tal Qual Exposto Por Matheus Carvalho, Torna-Se Ainda Mais Fascinante Do Que Já O É.</p>			
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



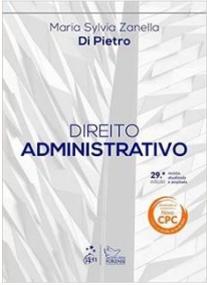
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

22	<p><b>Direito Administrativo - 29ª Ed. 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> Assunto: Direito Administrativo Editora Forense Edição: 29ª Número de Páginas: 1096 ISBN-13 9788530968762 Origem: Nacional Idioma: Português Data de Lançamento: 2016 Acabamento: Capa dura Formato: Médio Medidas (cm): 17 X 24 Autor: <a href="#">Maria Sylvia Zanella Di Pietro</a></p> <p><b>SINOPSE:</b> Este livro desenvolve os vários temas do direito administrativo de forma clara e didática, e com a preocupação de manter a disciplina atualizada diante das sucessivas inovações constitucionais que vão imprimindo nova feição a esse importante ramo da ciência jurídica. Nesta edição, foram incluídos novos temas, como o processo administrativo eletrônico e os meios alternativos de solução de conflitos no âmbito da Administração Pública, e também atualizados inúmeros capítulos em face da legislação surgida após a última edição. As principais novidades da 29ª edição são: Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada: atualização referente ao tombamento e à desapropriação; Contrato administrativo: alteração do instituto da transferência do contrato na concessão de serviço público e nas parcerias público-privadas; Novo item sobre procedimento de manifestação de interesse; Licitações: atualização em face da Lei nº 13.190, de 19-11-15, que ampliou as hipóteses de utilização do regime diferenciado de contratação – RDC; Reformulação com base nas alterações introduzidas pela Lei nº 13.204/15 na Lei das Parcerias Voluntárias; Comentários sobre a Emenda Constitucional nº 88/15 e a</p>	01	177,33	177,33
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		Lei Complementar nº 152, de 3-12-15, que alteram o limite de idade para aposentadoria compulsória; Novo item sobre processo administrativo eletrônico, regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.428, de 2-4-15; Controle da Administração Pública: principais atualizações decorrentes do novo CPC.			
23	<p><b>Novo Curso de Direito Civil - Parte Geral - Vol. 1 - 18ª Ed. 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> EDITORA: Saraiva ALTURA: 22.40 cm I.S.B.N.: 9788547201951 PROFUNDIDADE: 3.40 cm ACABAMENTO: Brochura NÚMERO DA EDIÇÃO: 18 ANO DA EDIÇÃO: 2016 IDIOMA: Português PAÍS DE ORIGEM: Brasil NÚMERO DE PÁGINAS: 584 PESO: 0.76 Kg LARGURA: 15.20 cm AUTOR: Pamplona Filho, Rodolfo; Gagliano, Pablo Stolze</p> <p><b>SINOPSE:</b> A nova edição desse volume não passou apenas por uma abrangente revisão, ampliação e atualização, mas, sim, foi praticamente reescrita. No decorrer do ano de 2015 surgiram muitas alterações legislativas como o advento de um novo Código de Processo Civil, a nova disciplina normativa do trabalho doméstico (Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015) que revogaram expressamente preceitos legislativos do Código Civil brasileiro e da legislação complementar, exigindo novo esforço intelectual para (re)sistematizar a compreensão e o ensino de tradicionais institutos civis. O leitor tem em mãos um livro completamente atualizado que ensina o Direito Civil brasileiro com profundidade, objetividade e</p>	<b>01</b>	<b>157,67</b>	<b>157,67</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		leveza.			
24	<p><b>Novo Curso de Direito Civil - Obrigações - Vol. 2 - 17ª Ed. 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> EDITORA: Saraiva ALTURA: 24.00 cm I.S.B.N.: 9788547201944 PROFUNDIDADE: 2.30 cm ACABAMENTO: Brochura NÚMERO DA EDIÇÃO: 17 ANO DA EDIÇÃO: 2016 IDIOMA: Português PAÍS DE ORIGEM: Brasil NÚMERO DE PÁGINAS: 424 PESO: 0.55 Kg LARGURA: 15.20 cm AUTOR: Pamplona Filho, Rodolfo; Gagliano, Pablo Stolze.</p> <p><b>SINOPSE:</b> A nova edição desse volume não passou apenas por uma abrangente revisão, ampliação e atualização, mas, sim, foi praticamente reescrita. No decorrer do ano de 2015 surgiram muitas alterações legislativas como o advento de um novo Código de Processo Civil, a nova disciplina normativa do trabalho doméstico (Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015) que revogaram expressamente preceitos legislativos do Código Civil brasileiro e da legislação complementar, exigindo novo esforço intelectual para (re)sistematizar a compreensão e o ensino de tradicionais institutos civis. O leitor tem em mãos um livro completamente atualizado que ensina o Direito Civil brasileiro com profundidade, objetividade e leveza. Esse volume examina o direito das obrigações e é indicado para todos aqueles que buscam uma visão inovadora dessa importante área do direito.</p>	01	182,33	182,33



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias n°. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

25	<p><b>Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil - Vol. 3 - 14ª Ed. 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> PESO: 0.603 Kg NÚMERO DA EDIÇÃO: 14 PAÍS DE ORIGEM: Brasil IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 MARCA: Saraiva I.S.B.N.: 9788547201937 ALTURA: 22.40 cm LARGURA: 15.20 cm PROFUNDIDADE: 2.50 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 464 ACABAMENTO: Brochura AUTOR: Pamplona Filho, Rodolfo; Gagliano, Pablo Stolze.</p> <p><b>SINOPSE:</b> A nova edição desse volume não passou apenas por uma abrangente revisão, ampliação e atualização, mas, sim, foi praticamente reescrita. No decorrer do ano de 2015 surgiram muitas alterações legislativas como o advento de um novo Código de Processo Civil, a nova disciplina normativa do trabalho doméstico (Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015) que revogaram expressamente preceitos legislativos do Código Civil brasileiro e da legislação complementar, exigindo novo esforço intelectual para (re)sistematizar a compreensão e o ensino de tradicionais institutos civis. O leitor tem em mãos um livro completamente atualizado que ensina o Direito Civil brasileiro com profundidade, objetividade e leveza. Esse volume trata da responsabilidade civil e é indicado para todos aqueles que buscam uma visão inovadora dessa importante área do direito.</p>	01	182,33	182,33
26	<p><b>Novo Curso de Direito Civil - Contratos Teoria</b></p>	<p><b>Informações técnicas:</b> PESO: 0.523 Kg VOLUME: Vol. 4, Tomo I</p>	01	182,33	182,33



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

<p><b>Geral - Vol. 4 - Tomo I - 12ª Ed. 2016</b></p> 	<p>NÚMERO DA EDIÇÃO: 12 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 MARCA: Saraiva I.S.B.N.: 9788547204211 ALTURA: 22.40 cm LARGURA: 15.20 cm PROFUNDIDADE: 2.80 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 376 ACABAMENTO: Brochura AUTOR: Pamplona Filho, Rodolfo; Gagliano, Pablo Stolze.</p> <p><b>SINOPSE:</b> A nova edição desse volume não passou apenas por uma abrangente revisão, ampliação e atualização, mas, sim, foi praticamente reescrita. No decorrer do ano de 2015 surgiram muitas alterações legislativas como o advento de um novo Código de Processo Civil, a nova disciplina normativa do trabalho doméstico (Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015) que revogaram expressamente preceitos legislativos do Código Civil brasileiro e da legislação complementar, exigindo novo esforço intelectual para (re)sistematizar a compreensão e o ensino de tradicionais institutos civis. O leitor tem em mãos um livro completamente atualizado que ensina o Direito Civil brasileiro com profundidade, objetividade e leveza. O volume 4, tomo 1, examina a teoria geral dos contratos e é indicado para todos aqueles que buscam uma visão inovadora dessa importante área do direito.</p>		
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

27	<p><b>Novo Curso de Direito Civil - Contratos Em Espécie - Vol. 4 - Tomo II - 9ª Ed. 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> PESO: 0.930 Kg MARCA: Saraiva I.S.B.N.: 9788547204242 ALTURA: 15.20 cm LARGURA: 22.40 cm PROFUNDIDADE: 3.10 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 720 ACABAMENTO: Brochura NÚMERO DA EDIÇÃO: 9 PAÍS DE ORIGEM: Brasil IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 AUTOR: Pamplona Filho, Rodolfo; Gagliano, Pablo Stolze.</p> <p><b>SINOPSE:</b> A nova edição desse volume não passou apenas por uma abrangente revisão, ampliação e atualização, mas, sim, foi praticamente reescrita. No decorrer do ano de 2015 surgiram muitas alterações legislativas como o advento de um novo Código de Processo Civil, a nova disciplina normativa do trabalho doméstico (Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015) que revogaram expressamente preceitos legislativos do Código Civil brasileiro e da legislação complementar, exigindo novo esforço intelectual para (re)sistematizar a compreensão e o ensino de tradicionais institutos civis. O leitor tem em mãos um livro completamente atualizado que ensina o Direito Civil brasileiro com profundidade, objetividade e leveza.</p>	01	170,33	170,33
----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

28	<p><b>Manual de Direito Civil - Volume Único - 6ª Ed. 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> EDITORA: Elsevier/Método ALTURA: 24.00 cm I.S.B.N.: 9788530967642 PROFUNDIDADE: 7.30 cm ACABAMENTO: Cartonado NÚMERO DA EDIÇÃO: 6 ANO DA EDIÇÃO: 2016 IDIOMA: Português NÚMERO DE PÁGINAS: 1744 PESO: 2.63 Kg LARGURA: 17.00 cm AUTOR: Tartuce, Flávio</p> <p><b>SINOPSE:</b> Este Manual de Direito Civil pretende, desde a sua primeira edição, suprir as necessidades dos operadores do Direito Privado em geral. É direcionado a todos os seus aplicadores: juízes, promotores, procuradores, advogados, professores, alunos de graduação e de pós-graduação, bem como àqueles que se preparam para provas oficiais e concursos para a carreira jurídica. De fato, nos últimos anos, a obra tem atendido a esse fim, sendo adotada por alunos dos mais diversos níveis de ensino jurídico no Brasil; utilizada por procuradores, defensores e advogados para fundamentar suas peças; e instrumento de julgadores, inclusive de Tribunais Superiores, para motivar suas decisões. O trabalho condensa os principais posicionamentos do autor a respeito das categorias jurídicas, expondo as doutrinas clássica e contemporânea. Traz também comentários sobre todos os enunciados doutrinários aprovados nas Jornadas de Direito Civil, eventos históricos promovidos pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça entre os anos de 2002 e 2015, dos quais o autor participou. Tais exposições vêm acompanhadas dos entendimentos sumulados e ementados pelos Tribunais</p>	01	248,00	248,00
----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------



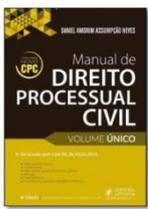
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>brasileiros, notadamente da mais recente jurisprudência superior. O livro apresenta enfoque interdisciplinar e multicultural, com interações com outros ramos jurídicos, como o Direito Constitucional e o Direito do Consumidor. Também está atualizada de acordo com as principais modificações promovidas pelo Novo Código de Processo Civil e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, sem prejuízo de outras leis de notável impacto para o Direito Privado. Estão expostas as grandes teses do Direito Civil Contemporâneo, tais como a teoria do diálogo das fontes, o Direito Civil Constitucional, os princípios do Código Civil de 2002, a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, a técnica de ponderação, as eficácias interna e externa da função social do contrato, os conceitos parcelares da boa-fé objetiva (supressio, surrectio, tu quoque, exceptio doli, venire contra factum proprium e duty to mitigate the loss), a função social da posse, a função social e socioambiental da propriedade, as novas entidades familiares, a parentalidade socioafetiva, as principais controvérsias da sucessão legítima, entre outras. Nota-se, assim, uma interação contínua entre teoria e prática, entre as categorias da civilística contemporânea e sua efetividade.</p>			
29	<p><b>Manual De Direito Processual Civil - Volume Único – 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> Páginas: 1760 Edição: 8ª Ano: 2016 ISBN: 978-85-442-0695-9 Dimensões: 17x24cm Acabamento: Capa Dura Coleção: Manuais - Volume único Coleção: Novo CPC Disciplinas: Direito Processual Civil</p> <p><b>SINOPSE:</b> Inclui: - Teoria Geral Do Processo - Conhecimento</p>	01	215,67	215,67



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

	<p>- Meios De Impugnação Das Decisões Judiciais - Execução - Tutela Provisória - Procedimentos Especiais E Jurisdição Contenciosa.</p> <p>Um Novo Código De Processo Civil Exigia Um Novo Manual. E É Exatamente Isso Que Apresento Nessa 8ª Edição Da Presente Obra.</p> <p>Não Há Dúvidas De Que Se Trata De Um Novo Livro, Exigência Do Novo Diploma Processual. São Muitas Novidades Decorrentes De Inovações, Supressões E Modificações, Todas Devidamente Tratadas Na Presente Obra.</p> <p>Temas Novos Como A Ordem Cronológica Nos Julgamentos, O Incidente De Desconsideração Da Personalidade Jurídica, O Julgamento Antecipado Parcial Do Mérito, A Cláusula Geral De Negócio Jurídico Processual, A Calendarização Do Procedimento, Os Procedimentos Especiais De Dissolução Parcial De Sociedade E De Ações De Família, O Incidente De Resolução De Demandas Repetitivas (Irdp), O Incidente De Assunção De Competência E Os Precedentes Foram Incorporados Ao Manual.</p> <p>Fenômenos Processuais Tradicionais, Como A Competência, A Intervenção De Terceiros, O Procedimento Comum, Os Recursos, A Ordem Dos Processos No Tribunal, A Execução E A Tutela Provisória Foram Significativamente Alterados Pelo Novo Código De Processo Civil E Tais Alterações São Todas Abordadas Na Presente Obra.</p> <p>O Novo Código De Processo Civil Não É Totalmente Inovador, Mantendo Institutos E Regras Do Diploma Legal Revogado (Cpc/1973), Mas Mesmo Nessas Partes A Obra Foi Inteiramente Revista E Adaptada Às Novidades Advindas Do Novo Diploma Processual.</p>			
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>Não Há Dúvida De Que Muitas Polêmicas E Problemas Surgirão Da Aplicação Prática Do Novo Cpc, E Muito Ainda Será Escrito E Lido - Pelo Menos Por Mim - A Respeito Do Novo Diploma Processual. Essa Edição Do Manual, Que Pode Ser Considerada Histórica Por Ser A Primeira À Luz Do Novo Código De Processo Civil, É O Resultado De Leituras E Meditações, Mas Não Escapa De Consagrar Minhas Primeiras Impressões Sobre O Novo Diploma Legal. Espero Que Minhas Ponderações Possam De Alguma Forma Auxiliar Nesse Difícil Caminho Que Será A Interpretação E Aplicação Do Novo Código De Processo Civil. A Todos Uma Excelente Leitura E Boas Reflexões! O Autor</p>			
30	<p><b>Direito Processual Civil Esquematizado - 7ª Ed. 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> PESO: 1.444 Kg MARCA: Saraiva I.S.B.N.: 9788547204785 ALTURA: 27.00 cm LARGURA: 17.00 cm PROFUNDIDADE: 4.00 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 936 ACABAMENTO: Brochura NÚMERO DA EDIÇÃO: 7 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016</p> <p><b>SINOPSE:</b> Esta 7ª edição do Direito processual civil esquematizado® é a primeira edição inteiramente revista à luz do novo Código de Processo Civil, editado em 2016. Está organizada de acordo com a disposição do novo CPC. A posição de alguns capítulos teve de ser alterada em relação às anteriores. Por exemplo, o livro que trata dos procedimentos especiais deixou de ser o último, e passou a figurar logo depois do livro relativo ao procedimento comum. Já os processos nos</p>	01	224,67	224,67



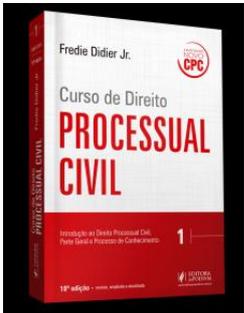
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		tribunais e os recursos foram colocados no último livro, visto que a nova legislação trata deles em último lugar. Ao final de cada livro, foi acrescentado, de acordo com a coordenação do dr. Pedro Lenza, um questionário com perguntas formuladas em concurso. Não há ainda concursos realizados sob a vigência do novo CPC. Foram, pois, mantidas as questões elaboradas sob a vigência do antigo, mas a elas foram acrescentadas observações quando a solução do gabarito já não mais encontrava amparo na nova lei.			
31	<b>Curso de Direito Processual Civil - Volume 1 - Fredie Didier Jr. - Edição 18ª/2016</b> 	<b>Informações técnicas:</b> Páginas: 800 Edição: 18ª <sup>p</sup> Ano: 2016 ISBN: 978-85-442-0660-7 Dimensões: 17x24cm Acabamento: Capa Dura Coleção: Novo CPC Coleção: Cursos Disciplinas: Direito Processual Civil  <b>SINOPSE:</b> Conforme: - Lei 13.256, de 05/02/16: Admissibilidade dos recursos extraordinários e reclamação - Novo CPC - Lei 13.129/2015 - Lei 13.140/2015 (Lei da Mediação) - Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei 13.188/2015 (Exercício do direito de resposta ou retificação pelo ofendido) 2016 entrará para a história do processo civil brasileiro como o ano de início da vigência do CPC-2015. Este Curso, já atualizado desde o ano passado, vem com acréscimos, retificações e atualizações em relação à edição anterior. 2015 foi um ano prolífico em tema de leis com relevância para o Direito processual. Além do CPC, foram publicadas as	01	147,67	147,67



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

Leis n. 13.129/2015 (alterou a Lei de Arbitragem), 13.140/2015 (Lei da Mediação), 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e 13.188/2015 (exercício do direito de resposta e retificação). Todas essas leis repercutiram neste volume. No início de 2016, foi aprovada a primeira lei de reforma do CPC-2015, com alguns ajustes na parte sobre recursos extraordinários e, no que diz respeito a este volume, no art. 12 do CPC, que cuida do dever de respeito à ordem cronológica de conclusão. Daí a necessidade de atualizá-lo.

Incluí novos itens: princípio da legalidade, no capítulo sobre normas fundamentais; negócios processuais e onerosidade excessiva e negócios processuais e direito intertemporal, no capítulo sobre os fatos jurídicos processuais.

Acrescentei, ainda, referências aos enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis editados nos encontros de Vitória, em maio de 2015, e Curitiba, em outubro de 2015.

Houve muita produção bibliográfica sobre o CPC-2015 no ano passado. Fiz o possível para acompanhá-la de perto e referi-la neste Curso. Destaco, por exemplo, a original abordagem feita por Marinoni, Arenhart e Mitidiero sobre a relação entre o art. 489, §1º, CPC, e as postulações das partes, e os excelentes trabalhos publicados na já histórica coletânea Negócios processuais, coordenada por Antonio do Passo Cabral e Pedro Henrique Pedrosa Nogueira.

Houve a necessidade de proceder à retificação de (inevitáveis) erros materiais existentes na edição passada.

Este Curso mantém a proposta original de ser uma obra em progresso. Conto com a ajuda de todos nessa empreitada.

Que os alunos, professores, juristas e tribunais continuem acolhendo este Curso.



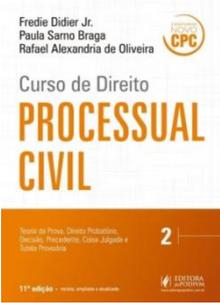
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

32	<p><b>Curso de Direito Processual Civil - Reescrito Com Base No Novo CPC - Vol. 2 - 11ª Ed. 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> EDITORA: Juspodivm ALTURA: 24.00 cm I.S.B.N.: 9788544206638 PROFUNDIDADE: 3.40 cm ACABAMENTO: Capa dura NÚMERO DA EDIÇÃO: 11 ANO DA EDIÇÃO: 2016 IDIOMA: Português PAÍS DE ORIGEM: Brasil NÚMERO DE PÁGINAS: 688 PESO: 1.20 Kg LARGURA: 17.00 cm AUTOR: Didier Jr., Fredie; Oliveira, Rafael; Braga, Paula Sarno</p> <p><b>SINOPSE:</b> Teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela - Novo CPC - Lei 13.129/2015 - Lei 13.140/2015 (Lei da Mediação) - Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei 13.188/2015 (Exercício do direito de resposta ou retificação pelo ofendido) - Lei que altera o NOVO CPC (Admissibilidade dos recursos nos tribunais superiores) - Medida Provisória n. 703/2015 2016 entrará para a história do processocivil brasileiro como o ano de início davigência do CPC-2015. Este Curso, já atualizado desde o ano passado, vem com acréscimos, retificações e atualizações em relação à edição anterior. 2015 foi um ano prolífico em tema de leis com relevância para o Direito processual. Além do CPC, foram publicadas as Leis n. 13.129/2015 (alterou a Lei de Arbitragem), 13.140/2015 (Lei da Mediação), 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e 13.188/2015 (exercício do direito de resposta e retificação). Quase</p>	01	141,00	141,00
----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

	<p>todas essas leis repercutiram neste volume. Daí a necessidade de atualizá-lo. A Medida Provisória n. 703/2015, ao revogar o §1º do art. 17 da Lei de Improbidade Administrativa também foi levada em consideração neste volume do Curso.</p> <p>Incluímos novos itens:</p> <p>a) audiência pública, no capítulo sobre audiência;</p> <p>b) decisão estrutural, no capítulo sobre decisão judicial;</p> <p>c) relação entre as regras do §1º do art. 489 do CPC e as postulações das partes, no capítulo sobre decisão judicial;</p> <p>d) objeção de falta de remessa necessária, no item sobre a extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental, no capítulo sobre coisa julgada;</p> <p>e) item introdutório à terminologia legal no capítulo sobre tutela provisória. Desdobramos o item dedicado à capacidade para testemunhar, tendo em vista o impressionante impacto do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre o regramento do tema.</p> <p>Acrescentamos ainda, referências aos enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Civis editados nos encontros de Vitória, em maio de 2015, e Curitiba, em outubro de 2015.</p> <p>Houve muita produção bibliográfica sobre o CPC-2015 no ano passado. Fizemos o possível para acompanhá-la de perto e referi-la neste Curso. Destacamos, por exemplo, os comentários ao CPC, publicados pelas editoras RT e Forense, e as coleções publicadas pela Editora Juspodivm (Grandes Temas, Repercussões do CPC e Doutrina Seleccionada).</p> <p>Houve a necessidade de proceder à retificação de (inevitáveis) erros materiais existentes na edição passada.</p> <p>Este Curso mantém a proposta original de ser uma obra em progresso. Contamos com a ajuda de todos nessa empreitada.</p>			
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--



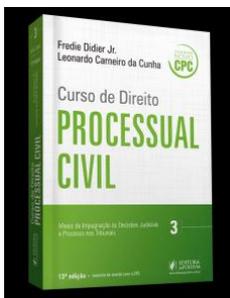
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		Que os alunos, professores, juristas e tribunais continuem acolhendo este Curso.			
33	<b>Curso de Direito Processual Civil - Reescrito Com Base No Novo CPC - Vol. 3 - 13ª Ed. 2016</b> 	<p><b>Informações técnicas:</b> EDITORA: Juspodivm ALTURA: 24.00 cm I.S.B.N.: 9788544207000 PROFUNDIDADE: 1.00 cm ACABAMENTO: Brochura NÚMERO DA EDIÇÃO: 13 ANO DA EDIÇÃO: 2016 IDIOMA: Português NÚMERO DE PÁGINAS: 720 LARGURA: 17.00 cm AUTOR: Didier Jr., Fredie; Cunha, Leonardo José Carneiro da</p> <p><b>SINOPSE:</b> Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais - Lei 13.256, de 05/02/16: Admissibilidade dos recursos extraordinários e reclamação - Novo CPC - Lei 13.129/2015 - Lei 13.140/2015 (Lei da Mediação) - Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei 13.188/2015 (Exercício do direito de resposta ou retificação pelo ofendido) - Medida Provisória n. 703/2015 A primeira edição após o Código de Processo Civil de 2015 Uma nova fase deste Curso começa. Dez anos após a primeira edição deste livro, tivemos de reescrevê-lo. Após mais de quatro anos de tramitação legislativa, o Brasil tem um novo Código de Processo Civil: o primeiro Código de Processo Civil publicado em regime democrático; o primeiro código, tout court, cuja tramitação legislativa se deu totalmente em regime democrático. Etc...</p>	01	162,67	162,67



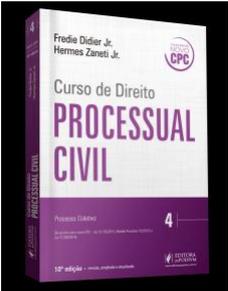
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

34	<p><b>Curso de Direito Processual Civil - Vol. 4 - Edição 10ª/2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> Páginas: 504 Edição: 10ª Ano: 2016 ISBN: 978-85-442-1118-2 Dimensões: 17x24cm Acabamento: Capa Dura Coleção: Novo CPC Coleção: Cursos Disciplinas: Direito Processual Civil Autores: Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.</p> <p><b>SINOPSE:</b> Processo Coletivo Conforme: - Lei 13.256, de 05/02/16: Admissibilidade dos recursos extraordinários e reclamação - Novo CPC - Medida provisória 703/2015 Após mais de quatro anos de tramitação legislativa, o Brasil tem um novo Código de Processo Civil: o primeiro Código de Processo Civil publicado em regime democrático; o primeiro código, tout court, cuja tramitação legislativa se deu totalmente em regime democrático. Como não poderia deixar de ser, este Curso vem completamente refeito. É preciso construir, a partir de agora, o sistema do processo civil brasileiro - inclusive do processo coletivo. Embora o CPC-2015 não se dedique ao processo coletivo, não se pode ignorar uma circunstância histórica que o torna bem diferente dos anteriores códigos brasileiros de processo: este é o primeiro código que nasce pressupondo a tutela coletiva, incorporando uma boa parte de técnicas processuais antes previstas apenas para o âmbito coletivo e trazendo inúmeras inovações que podem aperfeiçoar bastante a tutela de direitos coletivos. Não é exagero dizer que o CPC-2015 rompe com um dogma da doutrina</p>	01	143,00	143,00
----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------



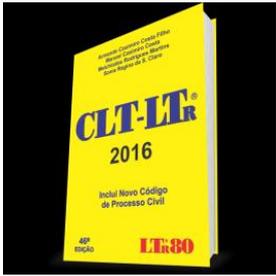
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>brasileira, segundo a qual a legislação individual é inadequada ao sistema coletivo. Agora, muito ao contrário, o CPC passa a ser visto como importante instrumento normativo que, em muitos aspectos, sobretudo em relação às normas fundamentais, coordena-se com o microsistema da tutela jurisdicional coletiva em um diálogo de fontes. Parece-nos que agora a doutrina brasileira terá de ajudar a reconstruir o processo coletivo a partir do CPC-2015, e não a despeito dele.</p>			
35	<p><b>Livro - CLT-LTr - 46ª Edição/2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> Título: CLT-LTr Assunto: Direito Trabalhista Editora: LTr Edição: 46ª Número de Páginas: 1032 ISBN-13 9788536187471 Origem: Nacional Idioma: Português Data de Lançamento: 2016 Acabamento: Brochura Medidas (cm): 27 x 18,4 x 4 cm Autor: Armando Casimiro Costa Filho; Manoel Casimiro Costa; Melchíades Rodrigues Martins; Sonia Regina da S. Claro</p> <p><b>SINOPSE:</b> ESTE VOLUME CONTÉM: Texto da Consolidação das Leis do Trabalho, como se acha em vigor, Legislação complementar sobre: adicionais de insalubridade e periculosidade, admissão e dispensa de empregados, aprendizagem, cadastro de empregados, contrato de trabalho, correção monetária, direito de greve, empregado doméstico, estagiários, FGTS, gratificação de Natal, inspeção do trabalho, processo do trabalho, PIS/PASEP, repouso remunerado, salários, profissões regulamentadas, férias, tabela de multas administrativas, salário-família,</p>	02	167,33	334,66



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

		salário mínimo, salários profissionais, seguro-desemprego, trabalho do menor e da mulher, trabalho rural, trabalho temporário, vendedor-viajante e praticista, Regime Único dos Servidores Públicos, Ação Civil Pública, Estatuto da Advocacia e da OAB, Ministério Público do Trabalho, além de outros títulos, Constituição da República Federativa do Brasil e Emendas Constitucionais (dispositivos sobre matéria trabalhista), Lei da Recuperação Judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (dispositivos sobre créditos trabalhistas e de acidente do trabalho), Índice cumulativo da CLT e da legislação complementar, Índice sistemático da CLT, Texto do Código Civil de 2002 (dispositivos sobre relação de trabalho e aqueles aplicáveis ao Direito do Trabalho de forma subsidiária), Texto da Convenção n. 132 da OIT, Declaração Sociolaboral do Mercosul, Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Estatuto da Juventude, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto do Estrangeiro, Estatuto do Idoso, Índice Analítico da Legislação Complementar contida neste volume, Esta edição contém também as remissões das Súmulas, Orientações Jurisprudenciais do TST-Pleno, SDI 1 e 2, Transitórias, SDC e Precedentes Normativos referentes aos artigos da CLT, Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), Novo CPC - Lei n. 13.105, de 16.3.2015 - Vigência a partir de 17.3.2016 - Com as alterações da Lei n. 13.256, de 4.2.2016.			
36	<b>Curso de Direito do Trabalho - 15ª Ed. 2016</b>	<b>Informações técnicas:</b> EDITORA: Ltr ALTURA: 24.00 cm I.S.B.N.: 9788536187204 PROFUNDIDADE: 5.70 cm ACABAMENTO: Brochura NÚMERO DA EDIÇÃO: 15 ANO DA EDIÇÃO: 2016	<b>01</b>	<b>240,33</b>	<b>240,33</b>



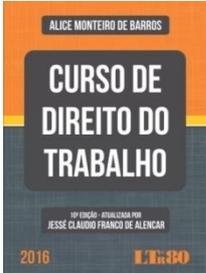
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

		<p>IDIOMA: Português PAÍS DE ORIGEM: Brasil NÚMERO DE PÁGINAS: 1568 PESO: 1.81 Kg LARGURA: 17.00 cm AUTOR: Delgado, Mauricio Godinho</p> <p><b>SINOPSE:</b> O Curso de Direito do Trabalho, de Mauricio Godinho Delgado, é produto de sólida formação e experiência jurídicas, associando, na medida ideal, consistência teórica e espírito prático. Resulta desse modo, em contribuição doutrinária diferenciada, que se torna imprescindível aos profissionais do Direito no Brasil.</p>			
37	<p><b>Curso de Direito do Trabalho - 10ª Ed. 2016</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> PESO: 0.300 Kg NÚMERO DA EDIÇÃO: 10 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 MARCA: Ltr I.S.B.N.: 9788536187518 ALTURA: 28.00 cm LARGURA: 21.00 cm PROFUNDIDADE: 1.00 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 904 ACABAMENTO: Brochura</p> <p><b>SINOPSE:</b> Esta obra nos dá uma visão do conjunto dos institutos do Direito do Trabalho. A 10ª edição, sob responsabilidade de Jessé Claudio Franco de Alencar, preservando as lições da Professora Alice Monteiro de Barros, aponta alterações na jurisprudência trabalhista e inovações legislativas, inclusive aquelas relativas ao trabalho doméstico (Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015) e à inclusão da pessoa com deficiência (Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015). A obra é de grande utilidade para alunos de graduação e pós-graduação, advogados, membros do Ministério Público, juízes e demais</p>	01	240,33	240,33



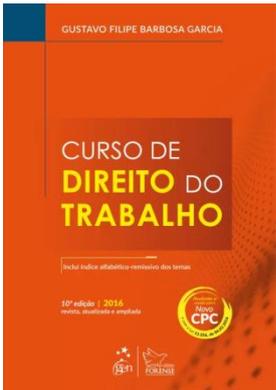
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		profissionais do Direito.			
38	<b>Curso de Direito do Trabalho - 10ª Ed. 2016</b> 	<b>Informações técnicas:</b> PESO: 1.813 Kg NÚMERO DA EDIÇÃO: 10 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 MARCA: Forense I.S.B.N.: 9788530969370 ALTURA: 23.00 cm LARGURA: 16.00 cm PROFUNDIDADE: 1.95 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 1504 ACABAMENTO: Brochura  <b>SINOPSE:</b> Esta obra foi escrita com o objetivo de apresentar um estudo diferenciado e completo da matéria pertinente ao Direito do Trabalho e trata dos diversos temas de interesse mediante enfoque atualizado da doutrina e da jurisprudência. Procurou-se atender às necessidades do estudante universitário, daqueles que se preparam para as carreiras jurídicas e para os concursos públicos, dos profissionais do Direito, dos alunos de pós-graduação e de todos os que se interessam pela disciplina. O livro é fruto de constantes estudos desenvolvidos, autonomamente, em atividades acadêmica e profissional, buscando, também, agregar as experiências obtidas anteriormente nas carreiras da inspeção do trabalho, da magistratura do trabalho e do Ministério Público do Trabalho, bem como do magistério em Direito.	01	198,00	198,00
39	<b>Manual de Direito Processual do Trabalho - 11ª Ed. 2016</b>	<b>Informações técnicas:</b> EDITORA: Ltr ALTURA: 24.00 cm I.S.B.N.: 9788536189383 PROFUNDIDADE: 5.30 cm ACABAMENTO: Brochura NÚMERO DA EDIÇÃO: 11 ANO DA EDIÇÃO: 2016	01	267,00	267,00



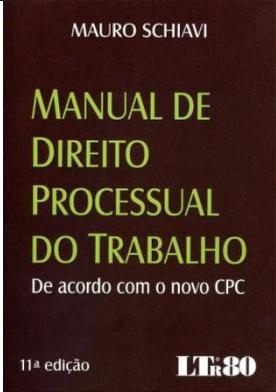
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>IDIOMA: Português PAÍS DE ORIGEM: Brasil NÚMERO DE PÁGINAS: 1548 PESO: 1.80 Kg LARGURA: 17.00 cm AUTOR: Schiavi, Mauro</p> <p><b>SINOPSE:</b> A obra, elaborada de forma didática, abordando todos os institutos que regem o Direito Processual do Trabalho e a atividade da Justiça do Trabalho, apresenta uma visão moderna do Processo do Trabalho, sem deixar de lado a doutrina clássica, a jurisprudência consolidada dos Tribunais Trabalhistas e tudo que existe de bom na CLT, destacando os institutos e peculiaridades do processo do trabalho como sendo um processo de audiência, de partes mais simples e menos burocratizado, mas também, com os olhos voltados para os princípios constitucionais do processo, reconhecendo os recentes avanços do Direito Processual Civil, que podem ser transportados para o Processo do Trabalho como medida de melhoria da prestação jurisdicional trabalhista e prestígio da dignidade da Justiça do Trabalho, como instituição destinada à solucionar os conflitos que envolvem o trabalho humano. Este livro destina-se à todos que militam na Justiça do Trabalho: juízes, advogados, procuradores, professores, servidores da justiça, estudantes e, também, à todos que se preparam para os concursos da magistratura, Ministério Público do Trabalho, OAB e analista dos tribunais.</p>			
40	<b>Execução do Processo Trabalho - 8ª Ed. 2016</b>	<b>No do Ed.</b> <i>Informações técnicas:</i> EDITORA: Ltr ALTURA: 24.00 cm I.S.B.N.: 9788536187693 PROFUNDIDADE: 2.00 cm ACABAMENTO: Brochura	<b>01</b>	<b>195,33</b>	<b>195,33</b>



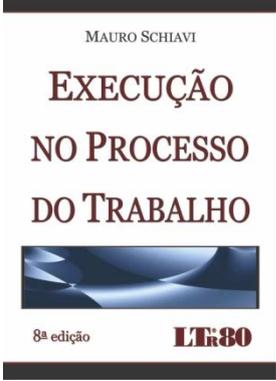
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>NÚMERO DA EDIÇÃO: 8 ANO DA EDIÇÃO: 2016 IDIOMA: Português NÚMERO DE PÁGINAS: 640 PESO: 0.75 Kg LARGURA: 17.00 cm AUTOR: Schiavi, Mauro</p> <p><b>SINOPSE:</b> Esta obra, elaborada de forma didática, apresenta moderna visão da execução no processo do trabalho, destacando seus institutos e peculiaridades à luz da teoria geral do processo, da doutrina e da jurisprudência dos tribunais. A importância da execução é vital para a efetividade do processo, pois de nada adianta todo o esforço judicial para declarar o direito na fase de conhecimento, se ele não for materializado, entregando o bem da vida pretendido para o exequente, a quem pertence por direito. A execução na Justiça do Trabalho pode ser sensivelmente melhorada, mas para isso não é necessária a mudança da legislação processual, e sim da mentalidade dos seus atores, quais sejam: juiz, advogados, partes e servidores, pois há necessidade de simplificação do seu procedimento, maior abertura para aplicação da Legislação Processual Civil naquilo em que propiciar maior efetividade à execução trabalhista, e aplicação dos dispositivos da CLT que propiciam agilidade ao procedimento. Este livro se destina a todos que militam na Justiça do Trabalho: juízes, advogados, procuradores, servidores da justiça, estudantes, e também a todos que se preparam para os concursos da magistratura, do Ministério Público do Trabalho, da OAB e de analista dos tribunais.</p>			
41	<b>SÚMULAS E OJ'S DO TST COMENTADAS E</b>	<p><b>Informações técnicas:</b> Subtítulo: POR ASSUNTO - CONFORME INS 39 E 40 DO TST</p>	<b>01</b>	<b>248,67</b>	<b>248,67</b>



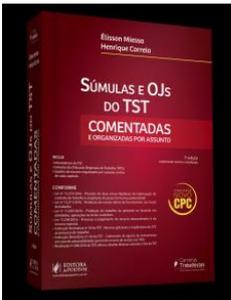
ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

<b>ORGANIZADAS POR ASSUNTO</b>		<p>Origem: NACIONAL Editora: JUSPODIVM Edição: 7 Assunto: Direito – Trabalhista Idioma: PORTUGUÊS Ano: 2016 País de Produção: BRASIL ISBN: 854421147X Encadernação: CAPA DURA Altura: 24,00 cm Largura: 17,00 cm Peso: 3,20 kg Complemento: NENHUM Nº de Páginas: 1984</p>	<p><b>SINOPSE:</b> Conforme: - Novo CPC - Lei nº 13.257/2016 - Previsão de duas novas hipóteses de interrupção do contrato de trabalho e ampliação do prazo da licença-paternidade - Lei nº 13.271/2016 - Proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho - Lei nº 13.287/2016 - Proibição do trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres - Lei 13.256/2016 - Processo e julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial - Instrução Normativa nº 39 do TST - Normas aplicáveis e inaplicáveis do CPC ao processo do trabalho - Instrução Normativa nº 40 do TST - cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial do recurso de revista nos TRTs - Resoluções nº 208 e 209/2016 do TST: alteram e atualizam diversas súmulas e Ojs do TST Inclui: - Informativos do TST - Quadro de resumo organizado por assunto no fim de cada capítulo</p>		
------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

		Novidades: - Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) - OJs da SDC - Sessão de Dissídios Coletivos do TST			
42	<b>A Lei da Responsabilidade Fiscal Comentada</b> 	<b>Informações técnicas:</b> Título: A Lei Da Responsabilidade Fiscal Comentada Autor: Marcus Abraham Editora: Editora Forense Edição: 1 Ano: 2016 Idioma: Português Especificações: Brochura   336 páginas ISBN: 978-85-3097-047-5 Peso: 500g Dimensões: 230mm x 160mm  <b>SINOPSE:</b> “Neste livro, o autor enfrenta com profundidade e de maneira deveras proficiente cada aspecto da Lei de Responsabilidade Fiscal. No primeiro capítulo, trata de assuntos referentes à criação da lei, trazendo importante comparativo com o mercado financeiro internacional e analisando a grave crise ocorrida na década de 1990 [...] que acabou por gerar o nascedouro da lei, com o objetivo de estabelecer normas de ajuste fiscal. No capítulo seguinte, há minucioso detalhamento das características primordiais da responsabilidade fiscal, quais sejam, o planejamento, a transparência e o equilíbrio fiscal. Segundo o autor, ‘o equilíbrio das contas públicas tem sido considerado como a regra de ouro da Lei de Responsabilidade Fiscal’. [...] O capítulo terceiro foi destinado a analisar as sanções, sejam institucionais – aplicadas ao órgão público que descumpriu tais normas –, sejam pessoais – destinadas ao próprio agente público. Os crimes contra as finanças públicas tipificados no Código Penal foram objeto de exame e, por	<b>01</b>	<b>157,67</b>	<b>157,67</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>fim, houve merecido destaque para os atos de improbidade administrativa. A segunda parte do livro é de grande utilidade, pois nela foram feitos comentários sobre cada um dos 75 artigos da lei, traduzindo-se em importante ferramenta de estudo e trabalho. Ademais, é colacionada jurisprudência da Suprema Corte e do Superior Tribunal de Justiça, cada vez mais sedimentada a respeito do tema, bem como do Tribunal de Contas da União. O livro é ferramenta necessária para todos que atuam na área, gestores e juristas, assim também de grande utilidade para estudantes de direito, economia e administração, dentre outras disciplinas.”</p>			
43	<p><b>A Lei 4.320 Comentada e A Lei de Responsabilidade Fiscal - 35ª Ed. 2015</b></p> 	<p><b>Informações técnicas:</b> PESO: 0.470 Kg MARCA: Ibam I.S.B.N.: 9788574030456 ALTURA: 23.00 cm LARGURA: 16.00 cm PROFUNDIDADE: 2.20 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 332 ACABAMENTO: Brochura PAÍS DE ORIGEM: Brasil IDIOMA: Português</p> <p><b>SINOPSE:</b> A Lei nº 4.320/64 possui enorme importância para a Administração Pública, que a utiliza e deve observar a todo momento, haja vista que versa sobre direito financeiro, tema que afeta o dia a dia das repartições no que se refere ao ingresso e À saída de recursos. Nesta obra, seus autores, especialmente Heraldo da Costa Reis, responsável pelaatualização do livro há vários anos, interpretam o diploma legal de modo acessível e confiável, e nas edições recentes incorporam o que está contido e possui relações com as normas orçamentárias e contábeis na Lei Complementar nº 101/ 2000 e nas Normas</p>	01	120,00	120,00



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, as NBCASPS.			
44	<b>Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – Com Chave de Acesso Para Versão Eletrônica – 5ª Ed. 2010</b>	<p><i>Informações técnicas:</i> PESO: 3.215 Kg MARCA: Positivo Editora I.S.B.N.: 9788538583110 ALTURA: 21.00 cm LARGURA: 27.00 cm PROFUNDIDADE: 10.00 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 2272 ACABAMENTO: Capa dura NÚMERO DA EDIÇÃO: 5 PAÍS DE ORIGEM: Brasil IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2010</p> <p><i>SINOPSE:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Milhares de verbetes, abonações, locuções e exemplos;</li><li>• Novos vocábulos de diversas áreas do conhecimento (informática, biologia, genética, botânica, ecologia, economia, educação, moda, astronomia, física, engenharia, química, medicina, culinária, etc.) e de níveis e registros diferentes;</li><li>• Revisado conforme a Nova Ortografia, com símbolos que permitem a rápida identificação das alterações;</li><li>• As aberturas das letras trazem fotografias comentadas do professor Aurélio, em diferentes épocas de sua vida;</li><li>• Abonações clássicas ou atuais, de variados estilos: trechos ou frases que servem para demonstrar a exatidão de significado de palavra ou locução e mostram como são usadas no discurso real, auxiliando na compreensão real das palavras consultadas no dicionário;</li><li>• Dedeiras internas que facilitam a consulta;</li><li>• Indicação das 3 000 palavras mais frequentes na língua escrita contemporânea, contadas e selecionadas num acervo de mais de 5 milhões de ocorrências.</li></ul>	01	440,67	440,67





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

45	<b>Direito Penal Esquematizado - Parte Geral - Vol. 1 - 10ª Ed. 2016</b> 	<b>Informações técnicas:</b> PESO: 1.460 Kg NÚMERO DA EDIÇÃO: 10 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016 MARCA: Método I.S.B.N.: 9788530968076 ALTURA: 23.00 cm LARGURA: 16.00 cm PROFUNDIDADE: 4.82 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 1152 ACABAMENTO: Brochura  <b>SINOPSE:</b> A obra se destina, precipuamente, aos concursandos, e vem suprir uma lacuna editorial, eis que oferece, de forma consolidada e primando pela clareza de linguagem, ao lado dos ensinamentos da doutrina clássica, a análise dos temas hodiernos do Direito Penal, assim como possibilita a imediata pesquisa da jurisprudência mais atualizada do STF e do STJ, assegurando àqueles o estudo completo dessa disciplina fundamental em uma única e acessível fonte de consulta. E nada obstante seja essa a destinação precípua da obra, a densidade e a atualização de seu conteúdo doutrinário e jurisprudencial fazem-na de molde a tornar-se valiosa fonte de consulta também para aqueles que não têm a pretensão do concurso, mas atuam profissionalmente com o Direito Penal.	01	176,33	176,33
46	<b>Direito Penal Esquematizado - Parte Especial - Vol. 2 - 9ª Ed. 2016</b>	<b>Informações técnicas:</b> PRODUTO SOB ENCOMENDA: Sim EDITORA: Método ALTURA: 23.00 cm I.S.B.N.: 9788530968083 PROFUNDIDADE: 3.69 cm ACABAMENTO: Flexível NÚMERO DA EDIÇÃO: 9 ANO DA EDIÇÃO: 2016 IDIOMA: Português NÚMERO DE PÁGINAS: 904	01	167,00	167,00



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016

		<p>PESO: 1.20 Kg LARGURA: 16.00 cm AUTOR: Cleber Masson</p> <p><b>SINOPSE:</b> Esta obra apresenta a análise completa dos Títulos I a V da Parte Especial do Código Penal (arts. 121 a 212), englobando todas as questões inerentes a tais matérias, revelando-se suficiente para o sucesso em qualquer prova, exame ou concurso público. Nos temas controversos, foram expostas as diversas posições da doutrina e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, destacando-se sempre a mais aceita e indicando-se a melhor corrente a ser utilizada em cada concurso público. Com o propósito de facilitar a assimilação da matéria, especialmente nos temas mais complexos, o trabalho foi ilustrado com diversos exemplos e também com gráficos e esquemas coloridos, voltados à revisão do que foi estudado e à compreensão visual de cada tema. Para complementar os estudos e demonstrar os assuntos mais cobrados pelos examinadores, no final de cada capítulo existem questões objetivas de diversos concursos públicos.</p>			
47	<p><b>Direito Penal - Esquematizado - Parte Especial - Vol. 3 - 6ª Ed. 2016</b></p>	<p><b>Informações técnicas:</b> EDITORA: Elsevier/Método ALTURA: 16.00 cm I.S.B.N.: 9788530967666 PROFUNDIDADE: 1.36 cm ACABAMENTO: Brochura NÚMERO DA EDIÇÃO: 6 ANO DA EDIÇÃO: 2016 IDIOMA: Português NÚMERO DE PÁGINAS: 1128 PESO: 1.47 Kg LARGURA: 23.00 cm</p> <p><b>SINOPSE:</b> O livro aborda detalhadamente os Títulos VI a XI da Parte Especial do Código Penal. Trata-se de obra didática, técnica e</p>	01	153,67	153,67



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

		<p>completa. Sua finalidade é clara: fornecer o conteúdo suficiente e atualizado para o êxito em qualquer prova, exame ou concurso público. “O que caracterizou os dois primeiros volumes, e que noto também constituir a marca do terceiro, é seu extremo didatismo e praticidade de consulta e pesquisa. A intenção do autor foi essa, a de produzir uma obra prática e fácil de ser rapidamente consultada, sem embargo da profundidade científica da doutrina expendida e da caudalosa e exaustiva jurisprudência firmada sobre cada um dos pontos levantados. Teoria e prática, doutrina e jurisprudência, tudo se equilibra e se casa perfeitamente. Os temas discutidos, sejam singelos, polêmicos ou controversos, vêm todos expostos com clareza e objetividade, defendendo o autor sua posição de modo lúcido e objetivo, sem o que poderia parecer censurável parcialidade. As mais recentes doutrinas são estudadas e devidamente situadas no amplo espectro do Direito Histórico, de modo a ter o leitor uma visão completa, abrangente e atual de cada questão. As decisões de nossas Cortes Superiores, que firmam jurisprudência, são esquadrinhadas e expostas de modo a facilitar aos consulentes o conhecimento de uma documentação ordinariamente de difícil acesso. (...) O resultado transcendeu muito a meta inicial, sendo, além de livro didático, também uma obra de referência na matéria. Na realidade, Direito Penal Esquematizado é resultado de trabalho profundo que também a profissionais experientes e estudiosos teóricos pode e deve oferecer grandes subsídios. Advogados, juízes, procuradores, delegados de Polícia, membros do Ministério Público, professores de Direito, todos podem se beneficiar com a consulta obrigatória.” Damásio de Jesus.</p>		
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

48	<b>Direito Previdenciário Esquematizado - 6ª Ed. 2016</b> 	<b>Informações técnicas:</b> PESO: 1.897 Kg MARCA: Saraiva I.S.B.N.: 9788547201906 ALTURA: 24.00 cm LARGURA: 17.00 cm PROFUNDIDADE: 4.00 cm NÚMERO DE PÁGINAS: 1232 ACABAMENTO: Brochura NÚMERO DA EDIÇÃO: 6 IDIOMA: Português ANO DA EDIÇÃO: 2016  <b>SINOPSE:</b> A autora Marisa Ferreira dos Santos traz um estudo completo do Direito Previdenciário. A obra em sua 6ª edição está de acordo com as Leis n. 13.135/2015, 13.146/2015, 13.183/2015, Lei complementar n. 150/2015 e Novo Código de Processo Civil. A metodologia empregada na Coleção Esquematizado aborda a matéria com linguagem simples e direta, mas ao mesmo tempo pautada em sólida argumentação jurídica. Indicada para estudantes da graduação e aos candidatos que se preparam para concursos públicos.	01	247,67	247,67
<b>TOTAL</b>					
<b>10.279,84</b>					

## 5. DA ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 A entrega dos materiais deverá ser efetuada no Departamento Patrimônio, localizado à Rua Gonçalves Dias nº 4236 – B. União, Ouro Preto do Oeste/RO.

5.2 O prazo para entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue em sua totalidade, no horário de expediente da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste, conforme quantidade e especificações pactuadas.

### 5.4 O recebimento do (s) material (is) se dará:



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

5.4.1 **Provisoriamente**, para efeitos de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante o recebimento provisório da nota fiscal/fatura, pelo servidor do Departamento Patrimônio.

5.4.2 **Definitivamente**, o processo deve ser encaminhado a Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços para parecer e recebimento definitivo do objeto, contatando a qualidade e quantidade do mesmo, e posteriormente ser enviado ao do Departamento Patrimônio para aposição de carimbo de recebimento definitivo no verso da nota fiscal/fatura.

5.5 O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo de até 3 (três) dias, contados do recebimento provisório.

5.6 Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo a empresa notificada para, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para a Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste.

5.6.1 Após a regularização pertinente, e contando-se da data de apresentação para apreciação do Departamento Patrimônio, este terá o prazo de até 3 (três) dias para verificação em face dos termos pactuados. Constatada a conformidade, será procedido o recebimento definitivo.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES**

### **6.1. Obrigações da Contratada:**

- a) Efetuar a entrega do objeto no prazo, local e condições estabelecidas no item 5 deste Termo de Referência;
- b) Apresentar nota fiscal/fatura, para fins de pagamento dos materiais entregues, acompanhadas dos documentos necessários à comprovação de sua regularidade para com o INSS, FGTS, Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- c) Responder pelos danos causados diretamente ou indiretamente a Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento por servidores da Câmara Municipal;
- d) Não promover a publicidade de seus serviços usando o objeto deste Termo, salvo se expressamente autorizado pela Câmara Municipal.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

- e) Responder por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO.
- f) Exercer as demais obrigações pactuadas com a Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO.

**6.2. Obrigações da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO:**

- a) Efetuar o pagamento no prazo, lugar e forma estabelecidos no instrumento convocatório;
- b) Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega do objeto seja feita na forma estabelecida neste Termo de Referência e no Edital;
- c) Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais;
- d) Acompanhar e fiscalizar o recebimento, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura;
- e) Orientar a Contratada quanto à melhor maneira de execução do fornecimento e quanto à forma correta de apresentação da fatura/nota fiscal.

**7. DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, será aplicado às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93 pelo não cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal, ficando desde já consignada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

**8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1 O objeto poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da administração, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.

8.3 Somente pessoas jurídicas poderão executar o objeto deste instrumento.

Ouro Preto do Oeste, 17 de novembro de 2016.

***Elaine Martins de Azevedo Oliveira***  
Dep. Patrimônio  
Port. nº 027/GP/CMOPO/RO/16

Diane Alves dos Santos  
Pregoeira/CPL



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**ANEXO II – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO**

*Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.*

*Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.*

*Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.*

*§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e*

*emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

*§ 2º A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 8,1 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.*

**1 - CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

**Para habilitarem-se no certame, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo:**

**1.1 Habilitação Jurídica**

**1.1.2. A HABILITAÇÃO DA LICITANTE CONSISTIRÁ NA APRESENTAÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

<b>01</b>	Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
<b>02</b>	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de Documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam.
<b>03</b>	Documento pessoal do sócio administrador ou procurador da empresa (nesse caso acompanhado da Procuração), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
<b>04</b>	Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
<b>05</b>	Certidão Negativa de Tributos Estaduais (fins de licitação);
<b>06</b>	Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

07	Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
08	Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante.
09	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
<b>DECLARAÇÕES OBRIGATORIAS</b>	
10	Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93 (ver modelo conforme <b>Anexo III</b> ).
11	Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (ver modelo conforme <b>Anexo IV</b> ).
12	Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação ( <b>Anexo IX</b> ).

**Observação:** As certidões antes emitidas pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, são atualmente emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, sendo exceção somente o caso de Contribuinte Individual. A DRS-CI (Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual) será fornecida exclusivamente pelo **INSS**.

Link (<http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/cnd/>)

1.3. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pela Pregoeira e/ou sua Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

1.3.1. Sugere-se que as cópias apresentadas já venham autenticadas por cartório, com vistas à agilizar os procedimentos de análise da documentação.

1.4. A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

1.5. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo assegurado os direitos previsto na legislação pertinente.

1.6. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial ou empresa da qual a licitante seja sucessora por qualquer processo de alteração societária.

1.7. Os licitantes deverão observar se as classificações do CNPJ da empresa, são condizentes com as especificações do objeto a ser licitado, consultando o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), através do link <http://www.cnae.ibge.gov.br/>. Caso não conste autorização específica para comercialização do produto ou prestação do serviço solicitado, a Administração interpretará que o licitante teve a intenção de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório, ficando sujeito à pena prevista no Art. 90, da Lei 8.666/93.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/CPL/2016**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (...), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/CPL/2016**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

---

(Local e Data)

---

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO  
EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME  
OU EPP)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/CPL/2016**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou(amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

---

(Local e Data)

---

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**ANEXO VI – CARTA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO DO OBJETO DO EDITAL**

Ao (órgão)

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/CPL/2016** – Comissão de Licitação/Pregão

**CARTA PROPOSTA DE FORNECIMENTO**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UN	TOTAL R\$
<b>VALOR TOTAL R\$</b>					

**1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

**2. CONDIÇÕES GERAIS**

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

Deverá ser cotado, preço do Item, de acordo com o Anexo I do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

**PROPOSTA: R\$ (Por extenso)**

**O Prazo de Entrega de todo o objeto conforme item nº 13 do Edital.**

**OBS: O valor global do lote e o valor de cada item que o compõe, deverão estar abaixo da média de preços especificada no Edital e no Termo de Referência.**

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

**(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)**

Diane Alves dos Santos  
Pregoeira/CPL



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**ANEXO VII – TERMO DE ADESÃO**

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO ATRAVÉS DO SITE (PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS). AUTORIZAÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO EM PREGÕES**

Autorização para Representação em Licitações		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:		Cidade:
CNPJ/CPF:		
Inscrição estadual:		
Telefone comercial:		
E-mail:		
Representante legal:		
CPF:	RG:	Telefone:

Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

São responsabilidades do Licitante:

- I. tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor; e
- III. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pelo sistema PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, dos quais declara ter pleno conhecimento.

O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação, conforme previsto nos normativos expedidos pelo sistema de licitações PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS e/ou nos editais de licitação dos quais venha a participar:

- I. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- II. apresentar lance de preço;
- III. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- IV. solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- VI. apresentar e retirar documentos;
- VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII. assinar documentos relativos às propostas;
- IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

Corretora:  
Endereço:  
CNPJ:

O presente Termo de Adesão é válido até \_\_/\_\_/\_\_\_\_, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

---

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000

Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090

CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema de Licitações PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS  
(Licitante)**

Indicação de Operadores (licitante direto)	
Licitante: CNPJ: Operadores	
1	Nome: CPF: Telefone: Fax: Função: Celular: E-mail:
2	Nome: CPF: Telefone: Fax: Função: Celular: E-mail:

O Licitante reconhece que:

- I. a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo ao Sistema de licitações PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS a responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- II. o cancelamento de Senha ou da Chave Eletrônica poderá ser feito pelo Sistema de Licitações PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, mediante solicitação escrita de seu titular, ou do representante legal da Licitante devidamente autorizado;
- III. a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao Sistema de Licitações PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, para o necessário bloqueio de acesso; e
- IV. o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**ANEXO VIII – FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO**

<b>Ficha Técnica Descritiva do Objeto</b>
Número do edital:
Órgão comprador:
Marca do produto:
Especificação do produto:
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):
Preço inicial para o item (em R\$):
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. <b>[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP.)</b>
Data:

**Observação:** *por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.*



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Av. Gonçalves Dias nº. 4236, Bairro União CEP 76920-000  
Tel. (69) 3461-2291/(69) 3461-1090  
CNPJ: 05.705.777/0001-75

**PREGÃO Nº. 009/CPL/2016, NA FORMA ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO  
PROCESSO Nº 335/DP/CMOPO/2016**

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

À  
Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste  
Processo administrativo nº 335/2016  
Ref. Edital de Pregão Eletrônico nº. 006/CPL/2016

A signatária da presente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, estabelecida à Rua \_\_\_\_\_, pela presente DECLARA para todos os fins de lei e direitos que encontra-se em condições plena de dar cumprimento aos requisitos de habilitação, nos termos do art. 4. VII, da Lei 10.520 de 17/07/2002.

A presente é emitida nesta data sem quaisquer ressalvas e/ou emendas a qualquer título.

Ouro Preto do Oeste, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Empresa Proponente